DIARIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXXVIII—11° DA REPUBLICA—N. 139

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA 25 DE MAIO DE 1899

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

Tabella de vencimentos do pessoal do corpo de officiaes inferiores da armada. Decreto n. 3.295, que transfere á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, limited*, a concessão de que trata o decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente de 22 do corrente, da Directoria do Interior — Expediente de 23 do corrente, da Directoria Geral de Saude Publica — Policia do Districto Federal.

Ministerio da Fazenda — Portaria de 21 do corrente — Circular n. 32 — Requerimentos despachados e expediente de 23 do corrente, da Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Actas do Conselho de Fazenda.

Ministerio da Marinha — Portarias de 24 do corrente — Requerimentos despachados.

Ministerio da Guerra — Expediente de 19 do corrente.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Expediente de 24 do corrente, da Directoria Geral de Contabilidade — Requerimentos despachados da Directoria Geral da Industria — Portarias de 19 e 23 e expediente de 23 e 24 do corrente e requerimentos despachados, da Directoria Geral de Obras e Viação — Directoria Geral dos Correios.

CONGRESSO NACIONAL.

Sacção JUDICIARIA — Sessão do Supremo Tribunal Militar e do Supremo Tribunal Federal.

RENDAS PUBLICAS — Rendimento da Alfandega do Rio de Janeiro, da Recebedoria e da Mesa de Rendas do Estado de Minas Geraes.

NOTICIARIO.

MARCAS REGISTRADAS.

EDITAES E AVISOS.

PARTE COMMERCIAL.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Tabella de vencimentos do pessoal do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada, annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 3.234, de 17 de março de 1899 (*)

CLASSES	GRADUAÇÕES	SOLDOS MENSUAES	GRATIFICAÇÕES NA REPUBLICA		
			Em terra, navios desarmados, reserva ou em fabrico	Em navios de guerra ou transportes armados	Em navios de guerra e transportes armados em viagem
Mestre	Sargento-ajudante	100\$000	150\$000	157\$500	165\$000
Contra-mestre	1º sargento	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000
Guardião	2º sargento	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000
Fiel de 1ª classe	1º sargento	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000
Fiel de 2ª classe	2º sargento	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000
Enfermeiro de 1ª classe	1º sargento	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000
Enfermeiro de 2ª classe	2º sargento	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000
Escrivente de 1ª classe	1º sargento	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000
Escrivente de 2ª classe	2º sargento	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000
Artifices de 1ª classe	1º sargento	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000
Artifices de 2ª classe	2º sargento	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000

Observações

1.ª A porcentagem de que tratam os §§ 1 e 2 da lei n. 304, de 10 de outubro de 1895, está incluída no calculo das gratificações mensaes nas columnas correspondentes.

2.ª Quando em viagem de ida e volta em transportes de guerra ou navios do commercio, os officiaes do Corpo de Inferiores da Armada soffrerão o desconto de 40 % na menor gratificação de embarque.

3.ª A gratificação a que se refere o art. 72 deste regulamento é a de embarque em navios de guerra ou transportes armados.

4.ª Aos officiaes do Corpo de Inferiores da Armada, embarcados nos navios de guerra, armados, desarmados, de reserva, em transportes e empregados nos corpos e estabelecimentos de marinha, será abonada a ração diaria em generos.

(1) Reproduz-se para emendarem-se incorrecções.

5.ª Os officiaes do Corpo de Inferiores da Armada, quando embarcados em navios estacionados ou em viagem em aguas estrangeiras, perceberão, além dos vencimentos de que trata esta tabella as gratificações respectivas marcadas na tabella n. 28, annexa ao decreto n. 389, de 13 de junho de 1891, de accordo com as graduações correspondentes ás suas classes.

6.ª Os officiaes marinheiros que tiverem exercicio nas classes superiores ás suas vencerão as gratificações das classes em que tiverem exercicio.

7.ª Aos guardiães extranumerarios, quando embarcados, se abonarão os mesmos vencimentos e vantagens que aos do quadro e aos que tiverem o exercicio de mestres e contramestres a gratificação correspondente a estas classes.

8.ª Os officiaes marinheiros contractados perceberão os mesmos vencimentos e vantagens dos de igual classe do quadro, si nos respectivos contractos não se estabelecer o contrario, e, quando tenham exercicio em classes superior á sua, perceberão a gratificação inherente á classe em que tiverem exercicio.

9.ª Os officiaes marinheiros, que forem nomeados patrões-móres interinos, terão, além do soldo, a gratificação marcada para as commissões de terra da tabella annexa ao presente regulamento, excepto os dos arsenaes, em cujo vencimento se reputará comprehendido o soldo.

10.ª Os guardiães extranumerarios, praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes, que tiverem o exame de habilitação, de que trata o regulamento, terão os vencimentos dos guardiães do quadro, e, nos casos de servirem em classe superior á sua, perceberão a gratificação inherente á classe em que tiverem exercicio.

11.ª Os que, porém, não tiverem o exame de habilitação e que serão considerados—arvorados—de que trata o regulamento, não poderão ter exercicio em classe superior á de guardião e perceberão, além do soldo de suas classes no Corpo de Marinheiros Nacionaes, inclusive o adicional a que tiverem direito, por tempo de serviço ou bom comportamento, sómente a gratificação de guardião.

12.ª Aos artifices militares extranumerarios nas condições dos do quadro se abonarão as mesmas vantagens a que aquelles tem direito.

13.ª Os artifices militares contractados perceberão os mesmos vencimentos e vantagens dos de igual classe do quadro, si nos respectivos contractos não houver disposição em contrario.

14.ª O enfermeiro que no Hospital de Marinha exercer as funções de enfermeiro-mór, perceberá, além dos seus vencimentos, a gratificação mensal de 30\$000.

15.ª São applicaveis aos officiaes do Corpo de Inferiores da Armada as disposições constantes da 13ª observação das tabellas de vencimentos annexas ao decreto n. 389, de 13 de junho de 1891.

16.ª Além das vantagens consignadas na tabella do presente regulamento, os officiaes do Corpo de Inferiores da Armada terão mais os favores e concessões que porventura lhes caibam pelas tabellas e respectivas observações annexas ao decreto n. 389, de 13 de junho de 1891, salvo si taes favores ou concessões estiverem em desacordo com as disposições deste regulamento.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1899.

CARLOS BALTHAZAR DA SILVEIRA.

DECRETO N. 3.295 — DE 23 DE MAIO DE 1899

Transfere á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*, a concessão de que trata o decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, para as obras de melhoramentos no porto do Rio de Janeiro, nos termos do art. 46 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Obras Hydraulicas no Brazil, cessionaria da concessão para as obras de melhoramentos na cidade e no porto do Rio de Janeiro, decreta:

Artigo unico. Fica transferida á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*, a concessão feita pelo decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, com as vantagens e onus que actualmente tem a Companhia Docas de Santos, nos termos do art. 46 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

Capital Federal, em 23 de maio de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sverino Vieira.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Directoria do Interior

Expediente de 22 de maio de 1899

Foram naturalizados brasileiros os subditos portugueses Agostinho da Silva Couto e Antonio Francisco da Silva, residentes no Estado do Amazonas, e Alexandre Herculano da Luz e Silva, residente nesta Capital. Remetteram-se as portarias dos dous primeiros ao governador do Estado.

—Declarou-se ao director do Hospicio Nacional de Alienados que, satisfeitas as disposições regulamentares, pôde ser admittido naquelle estabelecimento o soldado do Asylo dos Invalidos da Patria a quem se refere o aviso do Ministerio da Guerra de 19 do mez corrente. —Deu-se conhecimento ao dito Ministerio, em resposta ao citado aviso.

—Foram concedidos ao professor da Escola Nacional de Bellas Artes Henrique Bernardelli seis mezes de licença, com o vencimento que lhe compete na forma da lei, para tratar de sua saúde.

—Foram autorizados:

O director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, attendendo ao que requereu o alumno da 2ª série medica da mesma Faculdade João Marques da Silva Castor e a informação prestada no officio de 15 do corrente mez, a transferir-o para a 2ª série do curso pharmaceutico;

O director do Instituto de Surdos Mudos, attendendo ao que requereu Manoel Ferraz de Camargo e a informação prestada em officio de 8 do corrente mez, a admittir como alumnos contribuintes os menores José Ferraz de Camargo e Vicente Ferraz de Camargo, filhos do requerente, observada a disposição da 2ª parte do art. 21 do regulamento vigente,

Requerimento despachado

Raphael Marques Pinheiro, alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pedindo ser de novo admittido a exame da 5ª série medica. —Indeferido, à vista das informações.

Directoria Geral de Saude Publica

Expediente de 23 de maio de 1899

Accusou-se:

Ao director da Estrada do Ferro Central do Brazil, o recebimento de seu officio n. 690, de 19 do corrente;

Ao director do Observatorio do Rio de Janeiro, idem, idem, n. 60, de 18 do corrente;

Ao director do Lazareto da Ilha Grande, idem, idem, n. 96, de 19 do corrente.

Requerimentos despachados

Eugenio Honorato do Espirito Santo. — Compareça nesta Directoria Geral.
Francisco de Barros Pimentel. — Sciencie.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por portaria de 15 do corrente, foi exonerado do cargo de administrador da Casa de Detenção o capitão Joaquim Luiz de Barros.

—Por outras de 21 do corrente, foram exonerados:

A seu pedido, do cargo de 1º suppleto do delegado da 2ª circumscripção urbana, o cidadão Jorge Frederico Backer;

Do cargo de inspector seccional da 3ª circumscripção urbana o cidadão João de Souza Bandeira de Mello, e nomeado para substituir-o o cidadão alferes Pedro Felipe Floret.

Ministerio da Fazenda

Por portaria de 24 do corrente, foram concedidos dous mezes de licença, para tratamento de saúde onde lhe convier, ao 2º escripturario da Delegacia Fiscal no Amazonas, Raymundo Milciades Gomes da Rocha.

Circular n. 32— Ministerio da Fazenda— Capital Federal, 24 de maio de 1899.

Tendo em attenção as considerações expendidas pelo inspector de fazenda Manoel Jansen Muller em seu relatório, referente à inspecção a que procedeu nas repartições fiscaes de Santa Catharina, e convido cessar a pratica irregular de declarações vagas de fazendas, mercadorias, artigos de marinha, etc., nos despachos ou guias de mercadorias despachadas para consumo e navegadas por cabotagem, pratica que difficulta a fiscalização e não permite a necessaria exactidão e methodo na organização dos mappis estatísticos, recommendo aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este Ministerio, e especialmente aos Srs. inspectores de Alfandegas e administradores de Mesas de Rendas, que, tendo em vista o que já foi determinado na circular n. 47, de 14 de dezembro de 1892, providenciem para que aquellos despachos ou guias contenham a conveniente especificação e satisfaçam os dizeres dos artigos da nomenclatura a que se refere a circular n. 1, de 10 de janeiro do corrente anno.

Os despachos apresentados em desacordo com a referida nomenclatura não deverão ser aceitos e, no caso de exportação, verificada differença entre o conteúdo declarado e o existente nos volumes, punível com a multa estatuida no decreto n. 3.204, de 22 do corrente, cumpre que, a bem dos interesses fiscaes, se tomem todas as providencias que as circumstancias aconselharem. — Joaquim Murtinho.

Requerimento despachado

Manoel Jansen Muller, inspector de fazenda, pedindo permissão para destruir pela imprensa a má impressão que porventura tenha causado até em detrimento dos creditos do Thesouro o artigo publicado na gazetilha do *Journal do Commercio* do dia 21 do corrente, e no qual é envolvido o seu nome a respeito de decisões proferidas pelos Srs. conselheiros Rodrigues Alves e Dr. Bernardino de Campos, quando Ministros da Fazenda, sobre o fraudulento systema de substituição de volumes, na Alfandega do Maranhão. — Deferido.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

Dia 23 de maio de 1899

Expediente do Sr. director:

Ao inspector da Caixa de Amortização:

N. 45—Communicando que foram depositadas na Thesouraria Geral do Thesouro Federal duas apolices da divida publica da União, uma do valor de 1:000\$ e outra do de 500\$, de propriedade do tenente-coronel Bernardino José de Souza e Mello Junior, para garantia da responsabilidade do capitão Godofredo Cactano Soares no cargo de collectur das rendas federacs no municipio de Iguas-ú, Estado do Rio de Janeiro.

N. 46—Communicando que foram depositadas na Thesouraria Geral do Thesouro Federal 25 apolices da divida publica da União do valor nominal de 1:000\$ cada uma, de propriedade de A. C. de Souza Brito, em substituição das do emprestimo de 1889, do mesmo valor e possuidor, que se achavam caucionadas em garantia da responsabilidade do corrector de fundos publicos desta praça, Alfredo Gastão Villenor do Amaral.

— Ao director da Casa da Moeda:

N. 28— Declarando que o Sr. Ministro autorizou a impressão das cautelas substituti-

vas de duas apolices extraviadas, da divida publica da União, do valor de 1:000\$ cada uma, de propriedade dos menores Pedro e Maximiano, tutelados de Manoel Antonio de Almeida, e da menor pubere Maria José Figueiras, filha de Seraphim Gonçalves Figueiras Junior.

— Ao director geral da Imprensa Nacional:

N. 11— Remettendo, de ordem do Sr. Ministro, afim de ser informado, o requerimento em que José Verissimo, director da *Revista Brasileira*, pede para ser impressa alli a mesma revista.

— A' Delegacia Fiscal no Rio Grande do Norte:

N. 13— Remettendo o titulo de nacionalização do hiato *Euclides* e declarando, de ordem do Sr. Ministro, a cobrança do respectivo sello, na importancia de 20\$, assim como que os titulos provisórios estão sujeitos ao sello de 11\$600.

— A' Delegacia Fiscal na Parahyba:

N. 19— Remettendo a portaria de licença do secretario da extinta seccão de Estatistica Commercial daquelle Estado, José Joaquim do Couto Cartaxo.

— A' Delegacia Fiscal no Estado do Espirito Santo:

N. 8 — Remettendo a portaria de licença do 2º escripturario daquelle Delegacia, Fulgencio de Paiva e Souza.

N. 9 — Remettendo os documentos que acompanharam o requerimento em que Cleto João da Victoria pede ser nomeado porteiro-cartorario daquelle repartição e declarando, de ordem do Sr. Ministro, em resposta ao officio n. 17, de 16 do corrente mez, que, por já, ter sido preenchida a vaga, não pôde ser attendido aquelle pedido.

— A' Delegacia Fiscal no Estado de São Paulo:

N. 68 — Communicando que, à vista dos documentos transmittidos com o officio n. 33, de 11 de abril ultimo, dos quaes se verifica que o Hospital Sanitario daquelle Capital mantem servico hospitalar e funerario, resolveu o Sr. Ministro, por despacho de 10 do corrente, conceder isenção de direitos aos artigos destinados ao seu consumo e constantes da relação apresentada, da qual devem ser excluidos os que estão assigalados com a palavra — não —, e que o mesmo Sr. Ministro recommendou que effectuasse a cobrança do sello daquelle relação, que devia ter sido remettida em duplicata, como exige a circular da Directoria das Rendas n. 4, de 8 de maio de 1897.

N. 69—Declarando, para que o faça constar à Alfandega de Santos, que o Sr. Ministro, por despacho de 17 do corrente, resolveu conceder que as peças importadas em separado para as locomotivas e *tenders* da Companhia Paulista de Vias Ferraes e Pluvias sejam classificadas para o pagamento de direitos *ad-valorem*, como o são as mesmas locomotivas.

— A' Delegacia Fiscal no Estado do Paraná:

N. 20—Remettendo a portaria de licença do 4º escripturario daquelle Delegacia, Vespasiano Magno de Carvalho Tourinho.

— A' Delegacia Fiscal em Santa Catharina:

N. 23— Enviando o titulo de nacionalização da lancha *Independente* e recommendando, de ordem do Sr. Ministro, a cobrança do respectivo sello, na importancia de 20\$000.

— A' Delegacia Fiscal em Porto Alegre:

N. 47 — Recommendando, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 11 do corrente mez, que providencie para que o fiel de armazem da Alfandega da cidade do Rio Grande, Francisco de Paula Pereira, seja submettido à nova inspecção de saúde, visto não constar do laudo da que foi transmittida, com o officio n. 3, de 6 de abril ultimo, estar o mesmo empregado invalido, mas apenas inapto para continuar a exercer o seu emprego.

—Ao collecter de Santo Antonio de Padua :

N. 31— Em resposta ao vosso officio de 1 de fevereiro ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso que interpuzestes de vossa decisão relevando a Manoel Pedro & Irmão, estabelecidos no districto de Miracema, a multa de 500\$, que lhe fôra imposta por infração do regulamento annexo ao decreto n. 2.778, de 30 de dezembro de 1897, resolveu, por despacho de 7 de abril proximo findo, proferido de accordo com o parecer emitido pela maioria do Conselho de Fazenda em sessão de 20 de março anterior, manter a decisão recorrida, não porque deva ser aceita a justificação apresentada por aquellos negociantes, a qual foi produzida em juizo incompetente, á vista do que dispõe o art. 12, § 2º, da lei n. 221, de 22 de outubro de 1894, mas pelos demais fundamentos da mesma decisão.

CONSELHO DE FAZENDA

N. 15—Acta da sessão em 15 de maio de 1899

Aos 15 dias do mez de maio de 1899, reuniu-se o conselho de fazenda, sob a presidencia do Sr. Manoel Candido de Leão, director da Contabilidade, estando presentes os Srs. Dr. Carlos Augusto Naylor, director do Contencioso, Dr. Antonio Frederico Cardoso de Menezes e Souza, director interino das Rendas Publicas e José de Alencar Toscano Barreto, director interino do Expediente e Inspeção de Fazenda.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o conselho passou a occupar-se das questões apresentadas.

Em relação ao recurso interposto por Britto Pereira & Comp., da decisão pela qual a Alfandega do Maranhão classificára como tecido de algodão branco não classificado, de mais de 49 grammas por metro quadrado, sujeito á taxa de 2\$200 do 2º grupo do art. 473 da Tarifa, a mercadoria submettida a despacho como tecido liso de algodão cru não especificado, de mais de 49 grammas por metro quadrado da taxa de 1\$500, do 1º grupo do mesmo art. 473, é de parecer que não se deve tomar conhecimento do recurso, por estar preempto.

Em relação ao recurso interposto por E. I. Smart, da decisão pela qual a Alfandega do Rio de Janeiro classificára como borracha em tecido de algodão, em peças, a mercadoria submettida a despacho como borracha em lamina, o conselho, de accordo com o seu anterior procedimento em outros processos sobre a materia de classificação, submettidos ao seu voto, pede que seja devolvido o processo á alfandega recorrida, afim de ser submettido á Commissão Arbitral o caso nelle tratado.

Em relação ao recurso interposto por Faria Sobrinho & Comp., do acto pelo qual a Alfandega do Pernambuco impozera aos recorrentes a multa do quintuplo do valor verificado em 12 duzias de emulsão de oleo de figado de bacalhão de Kepler, em virtude de differença entre o valor da factura não legalizada e o arbitrado pela alfandega, em um despacho de mercadoria identica, é de parecer que se deve dar provimento ao recurso, para se relevar os recorrentes do pagamento da multa correspondente ao quintuplo do valor da mercadoria, visto tratar-se de caso identico ao despacho de 26 de agosto do anno passado, constante do parecer appenso.

Em relação ao recurso interposto por Lyle Nelson, da decisão pela qual a Alfandega do Rio Grande do Norte lhe negára restituição de direitos cobrados sobre mercadorias pertencentes aos salvados da barca americana *Mans S. Horris*, vendidas em leilão, o conselho, em sua maioria, é de parecer que se deve dar provimento ao recurso, elidida a preliminar de prescrição, á vista da decisão n. 75, de 19 de agosto de 1895, a qual declara que a prescrição para restituição de direitos indevidamente cobrados, por inobservancia ou

erronea interpretação de leis e regulamentos em vigor, é de 5 de annos, e deve se dar provimento ao recurso, porque se trata exactamente de direitos indevidamente cobrados por má interpretação de lei; o Sr. Dr. Naylor, director do Contencioso, porém, entende que se deve negar provimento, visto como, regulando-se o caso sujeito pelo art. 666 da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas*, incorreu a reclamação em prescrição, nos termos do citado artigo, ponderando que é o proprio recorrente quem se incumbem, em sua petição de fls. 21, de declarar ter havido erro de calculo no pagamento dos direitos reclamados.

Sobre os recursos interpostos por Moura, Filhos & Comp., Burnetto, Irmão & Comp., Gaspar, Teixeira & Irmão e Fontes & Comp., da decisão pela qual a Alfandega do Maranhão lhes impuzera a multa de direitos em dobro da 2ª parte do art. 490 da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendis*, pelo facto de terem os recorrentes substituído diversas caixas contendo mercadorias, por elles importadas, por outras tantas caixas contendo amostras sem valor, ou mercadorias de minimo valor em relação ás substituidas, o conselho assim se pronuncia :

Em relação ao recurso de Moura, Filhos & Comp. :

Do presente processo verifica-se :

—que os recorrentes importaram por diversas vezes, entre outros volumes, cinco caixas que descarregaram no cith da Alfandega com o peso total de 693 kilos, devendo conter, conforme os manifestos e conhecimentos de cargas, fazendas diversas, sujeitas a direitos no valor de mais de 8:000\$000 ;

—que taes caixas não foram encontradas nos armazens da Alfandega, mas, em vez dellas, com as mesmas marcas e numeros, cinco outras caixas, que os recorrentes submetteram a despacho e cujo conteúdo era :

Amostras sem valor : 3 1/2 kilos de caçarço de algodão, 6 kilos do suspensorios, uma duzia de camisas de flanela, 5 kilos de lenços de algodão ornario,

cujos direitos de consumo importavam em insignificante quantia de 64\$140 ;

—que, portanto, houve substituição das caixas manifestadas e importadas por outras, contendo objectos sem valor, ou de minima importancia, em relação ás mercadorias importadas ;

O que tudo visto e examinado em faze dos documentos e :

Considerando que essas substituições foram praticadas no exclusivo interesse dos recorrentes, donos das mercadorias desencaminhadas, por isso que a elles é que aproveitaria a diminuição no pagamento dos direitos devidos á Fazenda;

Considerando que tem sido esta a jurisprudencia do Thesouro, já consagrada na Ordem de 20 de novembro de 1877; além disso:

Considerando que os recorrentes despacharam e receberam sem reclamação alguma quatro das cinco ditas caixas introduzidas no armazem da Alfandega em substituição das importadas, conforme se vê das notas de despacho ns. 10.780, 4.756, 5.323 e 1.830 (fls. 12, 13, 39 e 44 do processo) e o mesmo, em occasião oportuna, fariam com a ultima, a de n. 2.485, si não fosse a fraude descoberta;

Considerando que não se trata de simples subtração de mercadorias que até pôde ser levada a effeito por circumstancias de momento (como a que é prevista na segunda parte do art. 490 da *Nova Consolidação*, hypothese em que a parte, aliás, se refere ao proprio volume ou mercadoria importada e existente na repartição, quando cogita de a submeter a despacho), mas de um duplo delicto, qual o descaminho e a substituição de mercadorias, hypothese esta em que são muitos os artificios fraudulentos postos em pratica para frustrar a acção fiscal ;

Considerando que neste mesmo processo houve desses artificios entre os quaes

a) o emprego de rasuras no momento necessarias, por meio das quaes nos lançamentos do livro de carga, os pesos de 235, 98, 195, 84 e 81 kilos verificados no acto da descarga das ditas cinco caixas manifestadas foram reduzidos a 5, 8, 19, 8 e 8 kilos, que eram os das caixas introduzidas em substituição e as que o fiel de armazem lançou nos despachos, guiado por aquellas rasuras, e

b) o facto de se conseguir nesses despachos a declaração ou averbação de—confere com o manifesto ; o que tudo bem apurado determinou a consequente demissão do referido fiel e de um dos escripturarios encarregados do manifesto ;

Considerando que si uma tal fraude, já por envolver um meio pelo qual pôde a fazenda soffrer enormes prejuizos, já pela difficuldade de ser descoberta, já por exigir longa premeditação, é punida com a multa do triplo do valor, pena maior que a do proprio contrabando em flagrante (que é a perda da mercadoria e mais a multa de 50 % de seu valor), conforme lucidamente opina o juriconsulto conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira (vide documento-processo appenso), evidente é que não pôde ser equiparada á simples subtração de que trata a citada segunda parte do art. 490, para ser punida apenas com a multa do direitos em dobro, que igualmente se applica a casos de simples differença de qualidade ou quantidade, sem que mesmo se cogite de má fé ou intenção dolosa.

Considerando que não procedem as allegações dos recorrentes, quando dizem serem inexactas as declarações dos manifestos e invocam em seu favor a prescrição do art. 6º da referida *Nova Consolidação*, por isso que aquellos documentos, organizados pelos conhecimentos de carga, teem, como estes, força de acriptura publica (Codigo Commercial, art. 587) e constituem prova plena absoluta (Decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850, art. 140 § 1º) e a prescrição do art. 666 se refere simplesmente a erros de calculo, o que á avidencia resulta da combinação do mesmo artigo com o § 1º do art. 537 e já foi até claramente explicado em accordão do Supremo Tribunal Federal (27 de março de 1897, *Diario Official* de 1 de junho do mesmo anno) e não a prejuizo resultante de um delicto, cuja prescrição é a estabelecida no direito civil a que se refere o art. 70 do Codigo Penal;

Finalmente:

Tendo na maior attenção os documentos e pareceres que se relacionam com o presente processo, entre os quaes os de fls. 86 a 99, 100 a 116, 117 a 121, 123 a 126 e o de fls. 127 a 145, todos do processo appenso; em que se acha exarado o venerando despacho do Ministro da Fazenda, de 11 de novembro do anno proximo findo, que motivou a ordem da Directoria do Expediente, n. 47, de 24 do mesmo mez e anno, em resposta aos officios da alfandega recorrida, n. 25, de 20 de novembro e 134 de 10 de dezembro de 1896, ns. 8, 8 e 12 de 17, 19 e 30 de janeiro e n. 13 de 11 de fevereiro de 1897; o conselho de fazenda é de parecer que se tome conhecimento do recurso para o fim de, reformada a decisão recorrida, que multou os recorrentes em direitos em dobro, lhes ser applicada a multa do triplo do valor das mercadorias desencaminhadas e substituidas, de accordo com o preceituado na parte ultima do art. 491 da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas*, como ns casos de que tratam a ordem n. 912, de 20 de dezembro de 1878, *in fine*, a imperial resolução de consulta do conselho de Estado, n. 1.471, de 27 de outubro de 1888, a ordem de 3 de novembro, referente á mesma resolução e a ordem de 5 de julho de 1892, expedida á então Thesouraria do Pará e constante do *Diario Official* de 10 do mesmo mez.

Em relação ao recurso de Burnetto, Irmão & Comp.:

Do processo que acompanha o recurso está provado:

a) que os commerciantes Souza & Burnetto, hoje Burnetto, Irmão & Comp. (recorrentes) importaram por diversas vezes, entre outros volumes, quatro caixas, pesando bruto cerca de 500 kilos ao todo, as quaes deviam conter, segundo o manifesto e conhecimentos, artigos de Paris: rendas, tecidos e outras mercadorias (*merceries*) em valor superior a 5.000\$000;

b) que essas quatro caixas levaram descaminho e foram substituídas por outras tantas, de iguaes marcas e numeros, que os recorrentes submitteram a despacho com o seguinte conteúdo:

Botões de osso.

Brim de algodão.

600 grammas, rendas de algodão.

180 grammas, fitas de seda e linha de algodão em novellos, objectos estes cujos direitos de consumo importaram em 104\$700.

Examinadas as diversas circumstancias, e

Considerando que dessas substituições foram autores os referidos commerciantes, porquanto, como consignatarios ou donos das mercadorias, a elles é que aproveitaria a grande diminuição de direitos;

Considerando que isto mesmo é o que se evidencia do facto de haverem elles despachado e recebido, sem fazer a minima reclamação, as quatro caixas que substituíram as manifestadas (processo fls. 24, 25 e 26);

Considerando que os recorrentes são os proprios a confessar a pratica de fraudes, quando pedem que o calculo seja ao menos corrigido e reduzido;

Considerando que a ultima parte do artigo 491 da *Nova Consolidação*, não, se refere tão somente a objectos alheios ao commercio ou de nenhum uso ou valor, mas tambem a objectos que, embora de algum valor, considerados em absoluto, são todavia de pouca importancia á vista do manifesto, como no caso de que tratam a Imperial Resolução de Consulta do Conselho de Estado, n. 1.471, de 27 de outubro de 1888, e a ordem de 3 de novembro do mesmo anno a ella referente, sobre a substituição de uma caixa contendo seda, lã e algodão por outra com 110 kilos de biscuitos;

Considerando que não procedem as allegações dos recorrentes, nem quanto a inexactas declarações dos manifestos e conhecimentos da carga, nem quanto a prescrição a que se soccorrem, estatuida no art. 666 da citada *Consolidação*, porquanto a prescrição, no caso vertente, é a do art. 70 do Codigo Penal;

Considerando, finalmente, que tambem são de todo improcedentes as razões oppostas no officio n. 141, que acompanhou o recurso e assim no de n. 131, do 10 de dezembro de 1896, a que aquelle se refere, ao direito que aos empregados Jansen Muller e Mauricio da Silva assiste quanto ás multas impostas, porquanto, além das declarações do proprio signatario daquelles officios, feitas no processo de Moura, Filhos & Comp. a fls. 14, e no de Fontes & Comp. (successores) a fls. 21, os quaes, presentemente, são tambem objecto de estudo do Conselho, é aquelle direito reconhecido nos documentos e pareceres a que se refere o despacho do Ministro da Fazenda, de 11 de novembro ultimo, constante da ordem n. 47, de 24 do dito mez e anno, mantendo a decisão do mesmo ministro, communicada em ordem n. 81, de 24 de novembro de 1896, convindo acrescentar que não consta de documento algum que o mesmo signatario dos citados officios houvesse representado sobre a fraude das substituições, não obstante ser della conhecedor, havia mais de anno, como é o proprio a confessar a fls. 45 v. e 46 deste processo:

O Conselho de Fazenda é de parecer que se deve tomar conhecimento do recurso para, reformada a decisão recorrida, que apenas imponha aos recorrentes a multa de direitos

em dobro da segunda parte do art. 490 da *Nova Consolidação*, ser applicada aos mesmos a multa do triplo do valor das mercadorias desencaminhadas e fraudulentamente substituídas, conforme a parte final do art. 491 da mesma *consolidação*; ordem n. 912, de 20 de dezembro de 1878, *in fine*, a Imperial Resolução de Consulta do Conselho de Estado n. 1.471, de 27 de outubro de 1888, ordem de 3 de novembro, referente á mesma resolução, e a ordem de 5 de julho de 1892, expedida á então Thesouraria do Pará e constante do *Diario Official* de 10 do mesmo mez.

Em relação ao recurso de Gaspar, Teixeira & Irmão:

Está provado neste processo que a caixa n. 6, marca GPT, importada pelos recorrentes com o conteúdo de 500 jardas de lã e outros tecidos, no valor £ 108 (3.000\$ mais ou menos ao cambio de então) levava descaminho, sendo encontrada em seu lugar outra de igual marca e numero contendo seis kilos de fivelas de cobre cujos direitos de consumo importariam em 6\$000.

Considerando que a substituição só poderia ser praticada no interesse dos recorrentes, damnos da caixa importada, porque a elles, pela enorme diminuição nos direitos, é que aproveitava a fraude;

Considerando que o caso deste processo não é mais do que um delicto continuado, porque, ao tempo desta fraude, já os recorrentes haviam praticado outras identicas, chegando mesmo a submitter a despacho e retirar da Alfandega as caixas introduzidas em substituição e, si o mesmo não fizeram com as deste processo, foi porque coincidiu com o caso vertente a época da descoberta do systema de substituição;

Considerando que não se trata de simples substituição de mercadorias punivel com a pena de direitos em dobro, na forma da 2ª parte do art. 490 da *Nova Consolidação*, mas de um amplo delicto—qual o descaminho e o emprego de artificio fraudulento para illudir a fiscalização, hypothese prevista na parte final do art. 491 da dita *Nova Consolidação*;

O Conselho de Fazenda, pelos mesmos fundamentos apresentados em relação aos processos de Moura, Filhos & Comp. e Brunetto Irmãos & Comp. e nos termos do citado art. 491, ordem n. 912, de 20 de dezembro de 1878, *in fine*, da Imperial Resolução de Consulta do Conselho de Estado n. 1.471, de 27 de outubro de 1888, da ordem de 3 de novembro, referente á mesma resolução e da ordem de 5 de julho de 1892, expedida á então Thesouraria do Pará e constante do *Diario Official* de 10 do mesmo mez, é de parecer que se deve tomar conhecimento do recurso para o fim de, reformando a decisão recorrida na parte em que apenas impoz aos recorrentes a multa de direitos em dobro, ser imposta aos mesmos recorrentes a multa do triplo do valor das mercadorias desencaminhadas.

Em relação ao recurso de Fontes & Comp., successores:

Do processo consta que os recorrentes, Fontes & Comp., successores, importaram, entre outros volumes descarregados no curto periodo de 25 de agosto a 21 de setembro de 1894, tres caixas pesando bruto uma 91 e outra 106 kilos, e contendo fazendas ou tecidos e outros artigos, cujos direitos importariam em 5:393\$300 (fls. 45 do processo).

Ao tempo da descoberta do systema fraudulento de subtração de volumes na Alfandega do Maranhão, não foram encontradas aquellas caixas nos armazens da dita alfandega; mas, com a marca e numero da primeira de 60 kilos, appareceu outra pesando 15 kilos e contendo cinco kilos de linha de algodão e pedaços de papel usado, preenchendo o resto da capacidade da mesma caixa (processo fls. 16).

Em relação ás outras duas caixas (ás de 91 e 106 kilos) os pesos nos lançamentos de um caderno do fiel do armazem, foram por meio de rasura, reduzidos—o de 91 a 11 kilos e o de 106 a 10 kilos.

Houve assim substituição de uma das caixas, não chegando, porém, a ser effectuada a das duas outras, necessariamente por não se ter offerecido occasião para serem introduzidas no armazem da Alfandega as caixinhas de 11 e 10 kilos, que se deveriam substituir. Era então o systema de defraudar direitos e delle muitos commerciantes se serviram.

Isto posto, e

Considerando que a caixa de 15 kilos existente, não é a manifestada e importada, e que da substituição só podiam ser autores os réos, embora por meio do pessoal das Capatazias, pois que a elles, donos da caixa manifestada, é que aproveitava a diminuição no pagamento dos direitos devidos, fim evidente da mesma substituição;

Considerando que, effectivamente, é este um principio já consagrado na ordem do Thesouro de 20 de novembro de 1877, o que mesmo os réos reconheceram, quando procuram contestar que tenha havido uma tal substituição;

Considerando que os direitos dos cinco kilos de linha de algodão, encerrados com pedaços de papel usado na caixa introduzida em substituição, representam insignificante importancia em relação aos direitos devidos pela caixa manifestada, no valor de perto de 500\$ (processo fls. 45 citadas), e, portanto, que se dá a hypothese do art. 491, alinea 3ª da *Nova Consolidação*;

Considerando que, si o preparo das rasuras, em relação ás duas outras caixas, indica que estas iam tambem ser substituídas, pois, no caso de simples extravio, taes rasuras não tinham razão alguma de ser, todavia a substituição não chegou a consummar-se, e a esse descaminho não é em vigor applicavel a mesma pena do citado art. 491, mas sim a que foi imposta pela alfandega recorrida:

O Conselho é de parecer que se deve tomar conhecimento do recurso para ser, em parte, reformada a decisão recorrida e applicada aos recorrentes a multa do triplo do valor, quanto á caixa substituída, isto de accordo com o dito art. 491, alinea 3ª da *Nova Consolidação*, ordem de 20 de dezembro de 1878, Imperial Resolução de Consulta do Conselho de Estado de 27 de outubro de 1888, ordem de 3 de novembro, referente á mesma resolução, e ordem de 5 de julho de 1892, para o Estado do Pará, publicada no *Diario Official* de 10 do mesmo mez, mantida, porém, quanto ás duas outras caixas, a multa de direitos em dobro, de conformidade com a ordem de 22 de outubro de 1896, para o Rio Grande do Norte, publicada no *Diario Official* de 21 de dezembro e nos termos do art. 863, da citada *consolidação*.

Levantou-se a sessão e lavrou-se a presente acta, que eu, Beneficeto Hyppolito de Oliveira Junior, secretario do Conselho, escrevi.—M. C. de Lello.—C. A. Naylor.—A. F. Carlos de Moraes e Souza.—J. A. Toscano Barreto.

Ministerio da Marinha

Por portarias de 24 do corrente:

Foi exonerado o capitão-tenente João Nimenos de Gouveia Cabral do cargo de capitão do porto do Estado do Espirito Santo, sendo, por outra da mesma data, nomeado o capitão de fragata Candido Floriano da Costa Barreto para o mesmo cargo.

Foi nomeado o 1º tenente Luiz Henrique de Noronha para exercer o cargo de ajudante de ordens do inspector do Arsenal de Marinha desta Capital.

Requerimentos despachados

Ovidio Maria Junior Capelli, José de Souza Bastos, Thomaz Carlos Clement e Huascar Marques Mancebo.—Indeferidos, por falta de vaga.

Ministerio da Guerra

Expediente de 19 de maio de 1899

Ao Sr. Ministro da Marinha, transmittindo para que se digne tomar na consideração que merece o requerimento em que o medico adjunto do exercito Dr. Pedro Soares de Albuquerque pede abono de gratificação pelo serviço que prestou á Escola de Aprendizizes Marinheiros do Estado das Alagoas.

— Ao Sr. Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas, p'dinlo providencias para que seja ligado por aparelho telephonico o quartel general do commandante do 7º districto militar com as repartições que lhe são subordinadas, conforme pede o mesmo Commandante — Communicou-se ao Chefe do Estado-maior do Exercito.

— Ao Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores, solicitando expedição de ordem para que seja recolhido ao Hospicio de Alienados o soldado do Asylo dos Invalidos da Patria Mathias da Silva Bem, que soffre de alienação mental — Communicou-se ao Chefe do Estado-maior do Exercito.

— Ao Sr. Ministro da Fazenda :

Pelindo que se digne providenciar para que se distribua á Alfandega de Santos o credito da quantia de 296\$610, sendo 144\$ por conta da consignação n. 32 e 152\$640 por conta da de n. 33 do § 16.—Material—do corrente exercicio, para attender ao pagamento de despesas relativas ao fornecimento de agua e luz á fortaleza da Barra daquella cidade. — Communicou-se á dita alfandega.

Communicando que, em vista das ponderações feitas no officio que, por copia, se envia, não pôde ser attendido o pedido que faz sobre a entrega dos campos da Fazenda de Santa Cruz, denominados S. Marcos, Jacarehy e Cercado Grande para serem alugados a particulares;

Enviando, para que se digne tomar em consideração, papeis em que Raphael Arantes de Bulhões pede pagamento da importancia da pensão que deixou de ser paga a seu pie, o voluntario da patria João Arantes de Bulhões, já fallecido.

— Ao procurador geral da Republica, remetendo papeis em que o lente da extincta Escola Militar desta Capital Dr. José Eduardo Teixeira de Souza pede que se dê execução á sentença do Juizo Seccional do Districto Federal, que manda pagar-lhe os vencimentos e vantagens a que tem direito e que deixou de receber deslo a data em que foi posto em disponibilidade, e solicitando seu parecer a tal respeito.

— Ao chefe do Estado-Maior do Exercito:

Declarando:

Que fica sem effeito o aviso de 15 do corrente, mandando pôr á disposição do director geral de artilharia o tenente do corpo de Estado-Maior do Exercito Alfredo Eduardo Nogueira, em vista do que expõe o mesmo director.—Communicou-se a esta autoridade.

Que o desligamento que teve da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul o alferes do 2º batalhão de infantaria Tharcillo Franco Tupy Caldas, effectuado em 14 de abril de 1891, de accordo com o disposto no art. 60 do regulamento que baixou com o decreto n. 330, de 12 de abril de 1890, deve ser considerado na conformidade da disposição do art. 55 do citado regulamento, visto ter sido obrigado a não frequentar as aulas por motivo de molestia contagiosa.

Que são transferidos na arma de artilharia do 2º batalhão para o 2º regimento o 2º tenente Alberto Eduardo Baker, na de infantaria, do 21º batalhão para o 19º o alferes Julio Francisco Serpa e do 26º para o 37º o alferes Matheus Evangelista Pereira de Carvalho, e para o Asylo dos Invalidos da Patria o soldado do 3º batalhão de artilharia Mathias da Silva Bem, que soffre de alienação mental e tem de vir a esta Capital para ser recolhido ao Hospicio Nacional de Alienados;

Que devem ser incluídos neste asylo o soldado reformado do exercito Franklin Rodrigues Ramos e o soldado do 23º batalhão de

infantaria Alberto de Cerqueira Lima, devendo o segundo residir fora do estabelecimento, por soffrer de molestia contagiosa, e permitindo-se ao primeiro continuar a residir no Estado de Pernambuco, e bem assim os soldados Oscar José da Silva, do 8º regimento de cavallaria, Antonio Lopes Iracema, do 12º e Antonio Alves de Lima e José Pedro Francisco de Souza, do 28º batalhão daquela arma;

Que são approvadas as propostas que faz o director geral de saude do medico de 4ª classe Dr. José Raymundo Cabral de Mello e dos medicos de 5ª classe Drs. Malaquias José de Aragão e Theotônio Coelho de Cerqueira Brito para servirem, o primeiro na guarnição do Estado do Rio Grande do Sul e os outros na desta Capital.—Fez-se declaração identica ao director geral de saude;

Que se concede licença ao alferes do 24º batalhão de infantaria Francisco Tavares do Couto Sobrinho para gosar no Estado da Parahyba do Norte a licença de 60 dias que lhe foi concedida, para tratamento de saude, pelo commandante do 4º districto militar; ao do 37º batalhão da mesma arma João de Mello e Silva, que tem de recolher-se a seu corpo, para demorar-se 12 dias no do Paraná; ao alumno da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo Francisco Gervasio da Cunha Pernet, por 90 dias, para tratamento de saude fóra desta Capital, e aos cabos de esquadra Aristides de Carvalho Dantas e Benedicto Rodrigues de Freitas e soldado Antonio Pereira da Victoria, incluídos no Asylo dos Invalidos da Patria, para residirem, com as vantagens do referido asylo, o primeiro no Estado da Bahia, o segundo no de Matto Grosso e o terceiro no do Espirito Santo.—Communicou-se ao commandante daquella escola, quanto ao alumno.

Mandando :

Celebrar contracto com o cirurgião dentista Luiz Eloy da Silva Passos para prestar seus serviços profissionaes nos hospitaes militares da guarnição desta Capital, com as mesmas vantagens e obrigações que tinha seu antecessor;

Declarar ao commandante do 4º districto militar que não podem ser approvados os valores de que trata para o arraaçamento da força federal em D. Pedrito, no Estado do Rio Grande do Sul, visto serem excessivos os preços respectivos;

Dar baixa do serviço do exercito, por conclusão de tempo, ao soldado do 1º regimento de cavallaria Bonifacio Martins Campanhão.

— Ao director geral de artilharia, declarando que não pôde ser attendido o pedido que faz relativamente ao abono de gratificação para transporte ao officio incumbido de se corresponder com a Intendencia Geral da Guerra e outros estabelecimentos, visto não haver verba para esse fim.

— Ao intendente geral da Guerra:

Mandando:

Vender em hasta publica um escaler que se acha na Escola Militar do Brazil e que foi julgado imprestavel por peritos do Arsenal de Guerra desta Capital.—Communicou-se ao commandante da Escola Militar do Brazil.

Entregar o material completo de uma bateria krupp de 7,5 cm L/28, com a respectiva munição, ao 2º regimento de artilharia, que em 1 do mez vindouro seguirá para o Realengo, afim de ali fazer exercicios com essa bateria.—Communicou-se ao director geral de artilharia.

Fornecer ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, com destino ás guardas nocturnas das freguezias do Engenho Novo, Espirito Santo, S. Christovão e Inhauma, 250 sabres á Minié, com cinturões, uma vez que sejam estes restituídos quando deixarem de funcionar as referidas guardas, em vista do que expõe o mesmo Ministerio.—Communicou-se áquellº ministerio.

Declarando que é approvado o contracto celebrado com a Intendencia Municipal da cidade do Rio Pardo para o arrendamento de um prédio, pelo aluguel mensal de 100\$, para servir de quartel ao 2º batalhão de engenharia, uma

vez substituida a condição 4ª pela seguinte:— O proprietario não poderá allegar prejuizos ou danos e no caso de duvida sobre a execução do presente contracto recorrerá ao Ministro da Guerra, cuja decisão será definitiva— e acrescentada a condição 6ª de poder o Governo renovar por igual prazo o dito contracto, si o entender conveniente, sem alteração de preço.

— Ao commandante da Escola Militar do Brazil, mandando dar baixa do serviço, por incapacidade physica, ao alumno Carlos Alberto de Barros e Silva.—Communicou-se ao chefe do Estado-Maior do Exercito.

— Ao Supremo Tribunal Militar, remetendo, para os fins convenientes, papeis em que D. Joquina Augusta de Albuquerque Mello, viuva do capitão José de Oliveira Calheiros de Albuquerque, pede que se lhe passe por certidão a patente de reforma do referido official.

— Aos delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados:

Do Ceará, enviando, para informar, papeis em que o alferes do 2º batalhão de infantaria Emyglio Mariot de Andrade pede que se verifique qual o estado de suas contas para com a Fazenda Nacional; e o requerimento e mais papeis em que o alferes graduado Antonio de Araripe Macedo pede pagamento da ajuda de custo que allega não ter recebido por falta de credito;

Da Parahyba do Norte, declarando que deve ser processada, nos termos do disposto no decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1890, a divida de que é credor Joaquim Soares de Pinho, thesoureiro da dita alfandega, na importancia de 300\$000, quantia por elle entregue ao quartel-mestre do 27º batalhão de infantaria para despeza de enterramento do tenente João Baptista da Silva Carvalho e que foi obrigado a repor aos cofres publicos por ter sido julgado indevidamente feito esse abono.

Da Bahia, remetendo, para informar, papeis em que o tenente do 6º batalhão de infantaria Joaquim de Cerqueira Daltro pede que se declare qual a carga que tinha em novembro de 1897 e qual o desconto feito em seus vencimentos daquelle mez e anno ao de fevereiro de 1898;

De S. Paulo, declarando que a partir de 1 de março ultimo deve ser suspenso o pagamento do aluguel do prédio em que funcionava a enfermaria militar, visto terem sido naquelle dia entregues as chaves do dito prédio;

Do Paraná, mandando processar, de accordo com o que dispõe o decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1890, a divida de que é credor o capitão do 3º batalhão de artilharia Domingos Virgilio do Nascimento, proveniente de quantitativo para aluguel de criado que deixou de lhe ser pago.

Do Rio Grande do Sul:

Transmittindo, para informar, papeis relativos á divida para com José Sergio de Oliveira por fornecimentos feitos ás forças legaes que operaram no Estado do Rio Grande do Sul, na importancia de 11:438\$514;

Declarando que é de 936\$996 a joia com que concorre o capitão 1º cirurgião reformado do extincto corpo de saude e coronel medico de 1ª classe do exercito Dr. Manoel Martins dos Santos Penna, calculada desde 28 de agosto de 1890, data do decreto que approvou o competente regulamento, quantia aquella que, adicionada á de 376\$829, correspondente ás mensalidades referentes ao periodo decorrido do dito mez e anno a 31 do corrente, eleva o debito á de 1:313\$825; e bem assim que, sendo o credito maior que o debito, disso se dará conhecimento á Secretaria de Estado, precisando-se o quantum do excesso, para se providenciar sobre a respectiva restituição.

De Matto Grosso:

Enviando, para informar, os papeis em que o general de divisão graduado reformado do

exercito João de Oliveira Mello pelo pagamento de vencimentos a que allega ter direito em virtude de lei;

Determinando que envie á Secretaria de Estado o original ou cópia authentica das declarações de familia feitas pelo 1º escripturario do Hospital Militar de Corumbá Indalecio da Silva Rondon para se poder resolver sobre a expedição do titulo declaratorio de pensão do montepio a D. Luiza Theodolinda da Silva Rondon, viuva do mesmo funcionario.

Ministerio da Industria Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Contabilidade

Expediente de 24 de maio de 1899

Foram solicitadas ao Ministerio da Fazenda as seguintes ordens de pagamento:

De 1:601\$130, fornecimentos feitos á Estrada de Ferro Central do Brazil em janeiro (aviso n. 915);

De 42\$800, a Pacheco Silva & Comp., de fornecimentos á mesma em fevereiro (aviso n. 916);

De 165\$, a Luiz Macedo, pelo mesmo motivo, em janeiro (aviso n. 917);

De 22:57\$750, férias do pessoal das obras publicas no mez de abril (aviso n. 918);

De 11:514\$500, folhas e férias, idem idem (aviso n. 919);

De 162\$, fêria do pintor do reservatorio do Pedregulho (aviso n. 920);

De 1:671\$, fêria do pessoal de registros de incendio (aviso n. 921);

De 68:083\$078, fornecimentos á Estrada de Ferro Central do Brazil em janeiro, fevereiro e março (aviso n. 922);

De 5.312—18—1 mais 4:286\$040, de carvão Cardiff e descarga do mesmo, á mesma estrada (aviso n. 953);

De 296\$700, fornecimentos á mesma em janeiro e fevereiro (aviso n. 924);

De 442\$920, idem, idem em janeiro (aviso n. 925);

De 162\$140, idem, idem em janeiro, fevereiro e março (aviso n. 926).

Directoria Geral da Industria

Requerimentos despachados

Dia 24 de maio de 1899

Euzebio Maximiano Pires Ferreira e Feliciano Pires de Abreu Sodré.—Compareçam nesta Directoria Geral para receberem guia. Hime & Comp. e João Jacques Double.—O mesmo despacho.

Directoria Geral de Obras e Viação

Por portaria de 19 do corrente, prorogou-se por mais 30 dias, com vencimentos na forma da lei, a licença em cujo gozo se acha o conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Arthur Durval da Costa Guimarães, para tratar de sua saúde.

—Por outra de 23 do corrente, foi prorogada por mais 35 dias, com vencimentos na forma da lei, a licença em cujo gozo se acha o 1º escripturario da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil José dos Santos Pereira da Rocha, para tratar de sua saúde.

Expediente de 23 de maio de 1899

Transmittiu-se ao Ministerio das Relações Exteriores, em solução aos seus avisos de 18 de agosto de 1893 e 28 de março findo, cópias das informações prestadas pela directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil relativamente á sobrestadia do vapor inglez *Etherby*, assumpto de que tratam os referidos avisos.

Directoria Geral de Obras e Viação — 1ª seção—N. 5—Rio de Janeiro, 23 de maio de 1899.

Declaro, em solução á materia contida em vesso officio n. 137, de 16 de abril findo, e á vista de solicitação feita pela *Companhia Auxiliadora dos Caminhos de Fer do Brasil*, arrendataria da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, que nesta data resolvo autorizar a mesma companhia a fazer provisoriamente uma redução de 20% nas tarifas actuaes da mencionada ferro-via, para todos os transportes comprehendidos entre as estações de Taquary e Cachoeira e intermediarias, o que vos communico para os devidos fins.

Saude e fraternidade.—*Severino Vieira*, —Sr. engenheiro-fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

Dia 24

Autorizou-se a directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil:

A considerar os dias decorridos de 2 a 11 de março ultimo, periodo este que o 2º escripturario da 4ª divisão daquella estrada de ferro Leopoldo Ribeiro do Val deixou de comparecer ao serviço por motivo de molestia, como prorrogação da licença de 30 dias que obteve da referida directoria e a qual terminou em 1º do citado mez de março;

—A conceder passagem em 1ª classe, de ida e volta, na mesma estrada, até a estação de Campo Bello, ao Dr. Luiz Cruls, director do Observatorio do Rio de Janeiro, que vai em excursão scientifica ao pico do Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, assim como aos dois assistentes que o acompanham. — Comunicou-se ao director do Observatorio do Rio de Janeiro.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Requerimentos despachados

Wenceslau Prado, agente da companhia de navegação *Chargeurs Réunis* na cidade da Victoria, recorrendo da pena de multa que lhe fôra imposta pela Administração dos Correios do Espirito Santo, por infracção do art. 269 do regulamento postal.—Deferido á vista das informações.

José Antonio Fernandes Lima, carteiro supplente da Administração dos Correios do Distrito Federal, pedindo um mez de licença em prorrogação.—Concedo 30 dias.

ADMINISTRAÇÃO DOS CORREIOS DO DISTRITO FEDERAL E ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Por portarias de 23 do corrente:

Foram concedidos oito dias de licença ao agente do correio de Nova Friburgo Luiz Maria Lemas Rebello, para tratar de seus interesses; Foi exonerado, a pedido, o agente do correio de Guaxindiba, Arthur Rodrigues de Freitas, sendo nomeado o cidadão Horacio Augusto Domingues da Silva.

—Por outras de 24 do corrente:

Foi nomeado carteiro supplente Eutyachiano Ferreira da Veiga;

Foi exonerado, a pedido, o agente do correio da estação de Estalo Joaquim Leopoldino, sendo nomeado para substituí-lo o cidadão Sebastião Alves de Barros;

Foram concedidos 10 dias de licença ao praticante da agencia do correio da Barra do Pirahy, Camillo de Mello, para tratar de sua saúde.

CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal

15ª SESSÃO EM 24 DE MAIO DE 1899

Presidencia do Sr. Manoel de Queiroz (Vice-Presidente)

A' meia hora depois do meio-dia abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. Senadores Manoel de Queiroz, J. Catunda, Alberto Gonçalves, Jonathas Pedrosa, Joaquim Sarmiento, Francisco Machado, Manoel Barata, Benedicto Leite, Gomes de Castro, Belfort Vieira, Nogueira Paranaguá, Pires Ferreira, Bezerril Fontenelle, Pedro Velho, José Bernardo, Abdon Milanez, Gonçalves Ferreira, B. de Mendonça Sobrinho, Rego Mello, Leite e Oiticica, Coelho e Campos, Leandro Maciel, Rosa Junior, Arthur Rios, Virgilio Damazio, Cleto Nunes, Porciuncula, Q. Bocayuva, Lopes Trovão, Gonçalves Chaves, Bueno Brandão, Paula Souza, Moraes Barros, Joaquim de Souza, Vicente Machado, Joaquim Lacerda, Gustavo Richard, Raulino Horn, Pinheiro Machado e Ramiro Barcellos (40).

Deixam de comparecer com causa participada os Srs. Generoso Ponce, Henrique Coutinho, Justo Chermont, Alvaro Machado, Almeida Barreto, Joaquim Pernambuco, Thomaz Delfino, E. Wandenkolk, Caiado e Esteves Junior; e sem ella os Srs. Lauro Sodré, Cruz, João Cordeiro, Ruy Barbosa, Domingos Vicente, Feliciano Penna, Rodrigues Alves, Leopoldo de Bulhões, A. Azeredo, Aquilino do Amaral e Julio Frota (21).

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimento em que o bacharel Antonio Acatanassiu Nunes, juiz de secção do Estado do Pará, allegando motivo de molestia, requer oito mezes de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude.—A' Comissão de Finanças.

O Sr. 2º Secretario lê e vão a imprimir, para entrar na ordem dos trabalhos, os seguintes

PARECERES

N. 28—1899

A Comissão de Finanças examinou a proposição n. 16, da Camara dos Deputados, que concede a pensão de 30\$ mensaes ao soldado reformado do exercito Franklin Ferreira de Moura.

Por mais conveniente que a Comissão entenda não augmentar, no presente estado do Thesouro publico, as suas obrigações com favores da natureza do solicitado, não pôde aconselhar ao Senado a rejeição dessa proposição.

Trata-se de um soldado do exercito, ferido gravemente em combate, a 23 do setembro de 1893, em Bagé, ferimento do qual lhe resultou a amputação da perna direita e a impossibilidade de trabalhar, como o affirma o Sr. Ministro da Guerra á Comissão de Marinha e Guerra.

Sendo assim, a Comissão de Finanças está de accordo com a de Marinha e Guerra e pensa que a proposição deve entrar na ordem do dia e ser approvada.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1899. —A. O. Games de Castro.—Leite e Oiticica, relator.—Ramiro Barcellos.—Rodrigues Alves.—Q. Bocayuva.

A' Comissão de Marinha e Guerra, tendo de dar parecer sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 1, de 1896, que concede ao soldado reformado do exercito Franklin Ferreira de Moura uma pensão de 30\$ mensaes, examinou todos os papeis e documentos que a ella se referem e ficou convencido ser de justiça que o Senado conceda a pensão citada na referida proposição.

E', portanto, a Commissão de parecer que a proposição da Camara dos Deputados n. 1, de 1898, deve ser approvada.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1898.—*Almeida Barreto.*—*H. Wanderskolk.*—*Pires Ferreira.*—*Belfort Vieira.*—*Rosa Junior.*

N. 29—1899

D. Bernardina de Magalhães Simões, viuva de Joaquim Isidoro Simões, inspector da extincta Thesouraria de Fazenda de S. Pedro do Rio Grande do Sul, recorre á generosidade e justiça do Congresso Nacional, solicitando uma pensão; junta os titulos de nomeação de seu marido para diversos cargos de fazenda e allega que ficou em pobreza, porque o montepio deixado quasi a colheca em miseria.

A Commissão de Finanças não se julga autorizada a aconselhar ao Senado o deferimento dessa petição.

O montepio foi instituido justamente para amparar as viúvas e filhos dos funcionarios publicos como pensionistas do Estado, após a cessão das funções delles nos empregos publicos, evitando a necessidade de dar-lhes pensão, que muito pesaria aos cofres publicos, concedida que fosse a todos os que fallecessem. Gosando a supplicante dessa montepio, dar-lhe mais uma pensão seria sobrecarregar demais o erario publico, tão onerado já com montepio e outros encargos.

Por estes fundamentos, entende que deve ser indeferida a petição.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1899.—*A. O. Gomes de Castro.*—*Leite e Oiticica,* relator.—*Rodrigues Alves.*—*Ramiro Barcellos.*—*Q. Bocayuva.*

N. 30—1898

A Commissão de Finanças foi enviado um officio dirigido ao Senado, em que os seus signatarios remetem 12 exemplares de uma exposição referente á criação do gado e protocção da industria bovina, pelos poleres publicos.

Da exposição deprehende-se que as Associações commerciaes do Rio Grande do Sul e do Pelotas querem que sejam augmentadas as taxas alfandegarias sobre o gado importado do estrangeiro.

O assumpto é da iniciativa da Camara dos Srs. Deputados, na forma da disposição do art. 29 da Constituição; como a representação é datada do anno de 1895, as disposições das leis do orçamento posteriores a esse anno já resolveram sobre o assumpto.

E' por isto a Commissão de Finanças de parecer que seja archivado esse officio, como os exemplares, por não haver o que deferir.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1899.—*A. O. Gomes de Castro.*—*Leite e Oiticica,* relator.—*Ramiro Barcellos.*—*Rodrigues Alves.*—*Q. Bocayuva.*

N. 31—1899

D. Margarida Martha Andrade Vasconcellos, filha do major reformado do exercito Manoel Esteves Andrade Vasconcellos, pede uma pensão.

A Commissão de Finanças não julga poder aconselhar ao Senado o concessão de pensões, no estado actual das finanças do paiz. A supplicante é filha de um servidor da patria e perdeu o seu arrimo, que era o seu irmão, alferes do exercito; não juntou outros documentos senão a fe de officio de seu pai e de seu irmão.

Não obstante a precaria situação em que se confessa achar, são tão afflictivas as circunstancias do paiz, que o Congresso Nacional precisa evitar aggraval-as com onus novos.

Por isso, embora não desconheça os bons serviços desses officiaes, a Commissão entende que a petição deve ser indeferida.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1899.—*A. O. Gomes de Castro.*—*Leite e Oiticica,* relator.—*Ramiro Barcellos.*—*Rodrigues Alves.*—*Q. Bocayuva.*

N. 32 — 1899

Joaquim Leite de Castro allega, sem um só documento que o prove, ter servido de guarda da Alfandega do Rio de Janeiro, e posteriormente nomeado para servir na Companhia das Docas, encampadas mais tarde pelo Governo; como tenha receio de que, para o futuro, o tempo de serviço nas docas não seja levado a conta para sua aposentadoria, vem pedir ao Congresso Nacional que esse periodo seja contado como de serviço publico.

Da propria exposição do petido se vê que essa petição não deve ser tomada em consideração pelo Senado, por não haver que deferir; isto a Commissão de Finanças aconselha ao Senado fazer.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1899.—*A. O. Gomes de Castro.*—*Leite e Oiticica,* relator.—*Rodrigues Alves.*—*Q. Bocayuva.*—*Ramiro Barcellos.*

N. 33—1899

D. Carolina Leopoldina da Rocha, viuva do tenente honorario do exercito Manoel Laurindo Fernandes da Rocha, vem pedir ao Congresso Nacional que faça reverter para si a pensão de 70\$ mensaes que o Governo Provisorio, em 1890, mandara abonar ao seu fallecido marido.

A Commissão de Finanças, examinando essa petição e os documentos que a instruem, não pôde aconselhar ao Senado o deferimento: a reversão do pensões extinctas pelo fallecimento dos pensionistas é expedient: do pessimas consequencias para o erario publico, pois, eternisaria despesas que, por sua natureza, devem cessar com a morte do beneficiado com ellas. Isto em circunstancias de prosperidade para o erario publico e muito mais nas actuaes condições de apuros financeiros, quando ha precissão de fechar officinas e arsenaes e despedir operarios.

Por isso pensa a Commissão de Finanças que a petição deve ser indeferida pelo Senado.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1899.—*A. O. Gomes de Castro.*—*Leite e Oiticica,* relator.—*Rodrigues Alves.*—*Q. Bocayuva.*—*Ramiro Barcellos.*

N. 34 — 1899

D. Julia Maria Castanheda, viuva do capitão do exercito Joaquim de Castanheda Pimentel, pede ao Congresso Nacional que lhe conceda uma pensão, allegando ser exiguo o meio-soldo que percebe.

A Commissão de Finanças julga que é de boa resolução deixar de conceder novas pensões, no estado a que se acha reduzido o erario publico e a que chegou o paiz.

Pensa por isto que o Senado deve indeferir petições como esta, desacompanhada de um só documento em prova ás allegações formuladas.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1899.—*A. O. Gomes de Castro.*—*Leite e Oiticica,* relator.—*Rodrigues Alves.*—*Q. Bocayuva.*—*Ramiro Barcellos.*

N. 35—1899

Na petição dos empregados da Delegacia Fiscal de S. Paulo, que pedem a gratificação adicional de 40% sobre seus vencimentos, submettida ao estudo da Commissão de Finanças, entende esta que não ha o que deferir.

Era abonada essa gratificação aos empregados da Alfandega, creada naquelle Estado e que nunca chegou a funcionar; fora deliberação da lei do Orçamento de 1897, e desapareceu na lei do Orçamento de 1898.

O Governo reformou as repartições de Fazenda, supprimiu a Alfandega e substituiu-a pela Delegacia Fiscal, fixando nessa occasião os vencimentos dos funcionarios dessa Delegacia.

Não é possível modificar a lei do Orçamento vigente quanto aos vencimentos desses funcionarios, mandando abonar-lhes gratificação que a lei do Orçamento não lhes deu

e nem está determinada na lei que creou a repartição e fixou os vencimentos do seu pessoal.

A Commissão de Finanças entende por isto que a petição deve ser indeferida, o que aconselha o Senado a fazer.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1899.—*A. O. Gomes de Castro.*—*Leite e Oiticica,* relator.—*Rodrigues Alves.*—*Q. Bocayuva.*—*Ramiro Barcellos.*

ORDEM DO DIA

TRABALHOS DE COMISSÕES

O Sr. Presidente.—Constante a ordem do dia de trabalhos de Comissões, darei a palavra aos Srs. Senadores que a queiram para assumpto de expediente.

O Sr. Leite e Oiticica.—Sr. Presidente, vou mandar á Mesa o seguinte requerimento :

« Requeremos que na acta da sessão de hoje se insira a seguinte declaração :

O Senado da Republica associa-se ás festas que celebram os veteranos da guerra do Paraguay, em commemoração do feito glorioso do dia 24 de maio de 1866, e envia-lhes as suas saudações em nome dos Estados que representa. » (Seguem-se as assignaturas.)

Passados 33 annos, Sr. Presidente, os veteranos da guerra do Paraguay, aquellos que tomaram parte nesse feito glorioso para as armas nacionaes, lembraram-se de commemorar esta data honrosissima para elles e para a Nação Brasileira; e é minha opinião que nós, que representamos os Estados da Republica, devamos associar-nos a essa commemoração que, recordando um feito heroico, servirá de exemplo ás futuras gerações quando tenham de defender a honra e a integridade nacional.

Neste dia, ha 33 annos, repito, devi-lo á coragem e deno-lo dos exercitos alliados, pôde-se affirmar que decidiu-se a sorte das armas da campanha do Paraguay. Nessa batalha renhida, em que tomaram parte todas as nossas forças, mas todas ao mando de generaes, cujos nomes são conservados como padrões de glorias da Patria, a esta mesma hora que vos fallo, a sorte das armas ainda estava indecisa, tal fora a impetuosidade do ataque dos inimigos e foi somente devido á bravura dos nossos soldados que a sorte se decidiu a nosso favor e pudemos desassombrados proseguir nessa campanha, que tantas vidas preciosas e tanto dinheiro nos custou.

Os veteranos da guerra do Paraguay commemoram hoje este facto grandioso, e por isso entendi que era opportuno mandar do Senado da Republica a palavra de ordem pela qual se demonstrasse que nós, representantes dos Estados e em nome delles, tomamos parte na sua festa e rendemos justa homenagem á sua gloria.

Vem á Mesa, é lido e, estando apoiado pelo numero de assignaturas, posto em discussão é sem debate approvado o seguinte

REQUERIMENTO

Requeremos que, na acta da sessão de hoje, se insira a seguinte declaração:

O Senado da Republica associa-se ás festas que celebram os veteranos da guerra do Paraguay, em commemoração ao feito glorioso do dia 24 de maio de 1866, e envia-lhes as suas saudações em nome dos Estados que representa.

Sala das sessões, 24 de maio de 1899.—*Leite e Oiticica.*—*Pinhairo Machado.*—*J. Catuado.*—*Ueto Nunes.*—*Alberto Gonçalves.*—*Joaquim Lacerda.*—*Vicente Machado.*—*Raulino Horn.*—*Buena Brandão.*—*Belfort Vieira.*—*J. L. Coelho e Campos.*—*B. de Mendonça Sobrinho.*—*Manoel Francisco Machado.*—*Abdon Milanez.*—*Porciuncula.*—*Gonçalves Chaves.*—*Nojaira Paranaquá.*—*Lopes Trovão.*—*Moraes Barros.*

O Sr. Presidente—Ninguém mais pedindo a palavra, vou levantar a sessão, designando para ordem do dia da sessão seguinte:

Discussão unica do parecer n. 7, de 1899, da Comissão de Constituição, Polices e Diplomacia, opinando que seja approvedo o veto do Prefeito do Districto Federal á resolução do Conselho Municipal, que autoriza o mesmo prefeito a modificar as clausulas do contracto assignado em 28 de dezembro de 1897, derivado do art. 44 do decreto n. 494, de 22 de dezembro de 1897, podendo alteral-as em beneficio dos contribuintes e melhor serviço de hygiene;

Discussão unica do parecer n. 8, de 1899, da Comissão de Justiça e Legislação, opinando que seja approvedo o veto do Prefeito do Districto Federal á resolução do Conselho Municipal, concedendo licença a Braz Nogueira Pinto, 2.º official da Directoria do Interior e Estatística, para tratar de sua saúde;

Discussão unica do parecer n. 11 de 1899, da Comissão de Justiça e Legislação, opinando que seja approvedo o veto do Prefeito do Districto Federal á resolução do Conselho Municipal, autorizando o mesmo prefeito a aceitar a rua da Avenida Leopoldo Figueira, no estado em que se acha;

2.ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 68 de 1897, mandando pagar a Alceste Petterle a importancia de 18.973\$280, de que lhe é devedora a Fazenda Nacional pela construção de uma estrada;

2.ª discussão do projecto do Senado n. 5, de 1898, autorizando o Poder Executivo a promover a realização de uma exposição nacional, nesta Capital, aos 3 de maio de 1900.

Lovanta se a sessão a 1 hora da tarde.

Camara dos Deputados

A Comissão de Petições e Poderes reúne-se hoje, a 1 hora da tarde, para continuar a tratar da eleição, realizada a 20 de fevereiro do corrente anno no Estado de Goyaz, para preenchimento da vaga existente, em consequencia da renuncia de mandato apresentada pelo Deputado Urbano Coelho de Gouvêa.

Reunem-se hoje, a 1 hora da tarde, as Comissões de Orçamento e de Constituição, Legislação e Justiça, para tratar dos assumptos que lhes estão affectos.

ACTA EM 24 DE MAIO DE 1899

Presidencia do Sr. Vaz de Mello (Presidente)

Ao meio-dia procedo-se á chamada, á qual respondem os Srs. Vaz de Mello, Carlos de Novaes, Silva Mariz, Heredia de Sá, Augusto Montenegro, Theotônio de Britto, Luiz Domingues, Cunha Martins, Pedro Borges, Torres Portugal, Ildefonso Lima, Marinho de Andrade, Helvecio Monte, Frederico Borges, Tavares de Lyra, Eloy de Souza, Teixeira de Sá, Herculano Bandeira, Coelho Cintra, Pereira de Lyra, Malaquias Gonçalves, Cornelio da Fonseca, Juvencio de Aguiar, Rocha Cavalcanti, Araujo Góes, Geminiano, Jayme Villas Bôas, Seabra, Paula Guimarães, Paranhos Montenegro, Torquato Moreira, Raul Barroso, Erico Coelho, Nilo Peçanha, Leonel Loretí, Bernardes Dias, Calogeras, Carvalho Mourão, Gonçalves Ramos, Jacob da Paixão, Antero Botelho, Alfredo Pinto, Leonel Filho, Ferreira Pires, Matta Machado, Nogueira Junior, Oliveira Braga, Costa Junior, Bueno de Andrada, Francisco Glicerio, Ovidio Abrantes, Hermenegildo de Moraes, Luiz Adolpho, Alencar Guimarães, Brazilio da Luz, Lameinha Lins, Lauro Muller, Paula Ramos, Francisco Tolentino, Pedro Ferreira, Plinio Casado, Guillon, Rivalavia Corrêa, Pinto da Rocha e Campos Cartier (66).

Dixam de comparecer, com causa participada, os Srs. Urbano Santos, Julio de Mello, Angelo Neto, Matta Bacellar, Viveiros, Anizio de Abreu, Elias Martins, José Peregrino, Trindade, Apollonio Zenaydes, José Mariano, Affonso Costa, Neiva, Amphiphio, Vergne de Abreu, Belisario de Souza, Fonseca Portella, Campolina, Mayrink, Hefonso Alvim, Antonio Zicarias, Rodolpho Abreu, Telles de Menezes, Manoel Fulgencio, Lindolpho Castano, Lamartine, Moreira da Silva, Dino Bueno, Paulino Carlos, Arthur Diederichsen, Rodolpho Miranda, Alves de Castro, Caracaciolo, Mello Rego, Xavier do Valle, Marçal Escobar, Vespasiano de Albuquerque, Casiano do Nascimento e Azevedo Sodré.

E, sem causa, os Srs. Silvrio Nery, Carlos Marcellino, Albuquerque Serejo, Amorim Figueira, Pedro Chermont, Eneas Martins, Rodrigues Fernandes, Guedelha Mourão, Eduardo de Berrêdo, Henrique Valladares, Mareis de Araujo, Thomaz Accioly, José Avelino, João Lopes, Francisco Sá, Augusto Severo, Francisco Gurgel, Coelho Lisboa, Ermirio Coutinho, João Vieira, Barbosa Lima, Martins Junior, Moreira Alves, João de Siqueira, Pedro Pernambuco, Arthur Peixoto, Euclides Malta, Arroxellas Galvão, Olympio Campos, Felisbello Freire, Rodrigues Doria, Castro Rebelo, Milton, Tosta, Francisco Sodré, Aristides de Queiroz, Manoel Caetano, Eugenio Tourinho, João Dantas Filho, Adalberto Guimarães, Leovigildo Filgueiras, Rodrigues Lima, Tolentino dos Santos, Eduardo Ramos, Marcolino Moura, Galdino Loretto, Pinheiro Junior, Jeronymo Monteiro, José Murtinho, Xavier da Silveira, Oscar Godoy, Irineu Machado, Alcindo Guanabara Timotheo da Costa, Augusto de Vasconcellos, Sá Freire, Pereira dos Santos, Alves de Brito, Silva Castro, Agostinho Vidal, Ernesto Brazilio, Julio Santos, Decelesiano de Souza, Barros Franco Junior, Urbano Marcondes, Paulino de Souza Junior, Almeida Gomes, João Luiz, José Bonifacio, Monteiro de Barros, Henrique Vaz, Francisco Veiga, Octaviano de Brito, Alvaro Botelho, Lamounier Godofredo, Cupertino de Siqueira, Augusto Clementino, Theotônio de Magalhães, Arthur Torres, Eduardo Pimentel, Olegario Maciel, Rodolpho Paixão, Padua Rezende, Galeão Carvalho, Luiz Flacquer, Casemiro da Rocha, Alvares Rubião, Domingues de Castro, Gustavo Godoy, Adolpho Gordo, Elias Fausto, Cesario de Freitas, Lucas de Barros, Edmundo da Fonseca, Alfredo Ellis, Cincinato Braga, Leoncio Corrêa, Possidonio da Cunha, Apparicio Mariense, Francisco Alencastro, Victorino Monteiro, Aureliano Barbosa e Py Crespo.

O Sr. Presidente—Responderam á chamada 66 Srs. Deputados. Hoje não ha sessão. Designo para amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação do parecer n. 8, de 1899, reconhecendo deputado pelo 1.º districto do Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Diogo Fernandes Alvares Fortuna;

Discussão unica do parecer n. 6, de 1899, concedendo tres mezes de licença ao Sr. Deputado Rodolpho Miranda;

Discussão unica do parecer n. 7, de 1899, concedendo dous mezes de licença ao Sr. Deputado Matta Bacellar;

1.ª discussão do projecto n. 163 A, de 1898, prohibindo a emissão, por particulares, emprezo, banco ou sociedade, de titulos de credito ou obrigações ao portador com o nome deste em branco, denominados letras, notas, vales, dihas, ficas, recibos, livranças, ou outras diferentes denominações, e dá outras providencias;

1.ª discussão do projecto n. 168 A, de 1898, declarando que o art. 23 do decret. n. 2.464, de 17 de fevereiro de 1897, não comprehende o caso de incompatibilidade proveniente de parentesco em linha collateral entre os representantes do Ministerio Publico e quaes-

quer juizes, que os impeça de funcionarem conjuntamente em um mesmo tribunal, juizo ou junta correccional;

1.ª discussão do projecto n. 108 A, de 1898, determinando que todas as pessoas maiores ou emancipadas, no gozo de seus direitos civis, podem passar procuração por instrumento particular de proprio punho, feita e assignada com poderes de representação ou em causa propria; e revogando a lei n. 79, de 23 de agosto de 1892, com parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

1.ª discussão do projecto n. 49 A, de 1898, alterando a legislação vigente sobre sociedades anonymsas.

SECÇÃO JUDICIARIA

Supremo Tribunal Federal

23.ª SESSÃO EM 24 DE MAIO DE 1899

Presidencia do Sr. ministro Aquino e Castro

Às 10 1/2 horas da manhã abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. ministros barão de Pereira Franco, Piza e Almeida, Macedo Soares, Pindaliba de Mattos, Bernardino Ferreira, H. do Espirito Santo, Americo Lobo, Lucio de Mendonça, Ribeiro de Almeida, João Barbalho, João Pedro, Manoel Murtinho, André Cavalcanti e Gonçalves de Carvalho.

Foi lida e approveda a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

Pelo Sr. presidente foi dito que, para perpetuar a lembrança dos distinctos magistrados que tem occupado a presidencia do antigo e do actual Supremo Tribunal de Justiça, offertava a galeria de retratos que acaba de ser inaugurada em uma das salas deste tribunal, juntamente com o do illustre juriconsulto brasileiro Dr. Augusto Teixeira de Freitas.

Os retratos são dos Srs.—1.º Visconde de Congonhas do Campo, 1832; 2.º José Bernardo de Figueiredo, 1842; 3.º Francisco de Paula Pereira Duarte, 1849; 4.º Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, 1856; 5.º Visconde de Mont Serrate, 1857; 6.º Joaquim Marcellino de Brito, 1864; 7.º João Antonio de Vasconcellos, 1879; 8.º Albino José Barbosa de Oliveira, 1880; 9.º Visconde de Valdetaro, 1882; 10.º Visconde de Sabará, 1886; 11.º João Antonio de Araujo Freitas Henriques, 1891.

Faltu somente o retrato do presidente José Albano Fragoso, que não pôde ser encontrado.

Occupando por momentos a cadeira da presidencia o Sr. vice-presidente, pediu a palavra pela ordem o ministro Pindaliba de Mattos, e sendo-lhe concedida, disse que acreditava expressar o pensamento e sentimento de todos seus dignos collegas manifestando o elevado apreço com que este tribunal recebeu o offerecimento que acaba de fazer o Sr. presidente da galeria de retratos dos dignos magistrados que presidiram este tribunal, tanto no antigo como no actual regimen, tendo sido feitas á sua custa todas as despesas, e não pequenas, que foram precisas para realização dessa sua lembrança.

O tribunal não só aprecia como agradece esse offerecimento que, honrando a classe dos magistrados, imparta em merecido preito áquelles que tanto souberam honrar essa cadeira que hoje S. Ex. occupa com igual merito e distincção e que lhe dá incontestavel direito de figurar entre os seus illustres antecessores.

O Sr. barão de Pereira Franco, então presidindo a sessão como vice-presidente, em seguida ponderou que a moção Sr. ministro Pindaliba de Mattos traduzia perfeitamente o sentimento de adhesão de todo o tribunal, e por isso dispensava-se de a submeter á votação, salvo reclamação em contrario.

E nesta conformidade mandou que a mesma moção adoptada pelo tribunal fosse inserida na acta da sessão de hoje.

JULGAMENTOS

Habeas-corpus

N. 1.221 — Capital Federal — Relator, o Sr. Macedo Soares; paciente, o bacharel Lydio Mariano de Albuquerque. — Concedeu-se de novo a ordem de *habeas-corpus* para a apresentação do paciente, na 1ª sessão proxima futura, prestando o juiz da 1ª Pretoria informações precisas sobre o processo da tomada de contas do paciente; si houve recurso, e em que sentido foi decidido; si o paciente foi posto á disposição do juiz criminal; si o adjunto do promotor publico, a quem o dito protor, segundo informa, remetted, em 1 de abril ultimo, copia das peças necessarias para a denuncia crime, respondeu, e quando, accusando o recebimento della; e o mais que entender conveniente informar para que o tribunal possa devidamente conhecer da legalidade da prisão effectuada em 14 de março proximo findo; contra os votos dos Srs. Pindahiba de Mattos e Americo Lobo, que dispensavam novas informações. Não votou o Sr. H. do Espirito Santo, por não ter assistido ao relator o.

N. 1.226 — Capital Federal — Relator, o Sr. Lucio de Mendonça; paciente, José Joaquim Ferreira Pinto. — Foi concedida a ordem de *habeas-corpus* para comparecimento do paciente na proxima sessão, prestados os necessarios esclarecimentos pelo presidente da Camara Criminal do Tribunal Civil e Criminal e pelo juiz da 8ª Pretoria, contra o voto do Sr. André Cavaleanti; não tomaram conhecimento da petição por ser originaria, não tendo havido novo recurso interposto de ultima denegação da ordem pedida, os Srs. João Barbalho, João Pedro e H. do Espirito Santo.

N. 1.222 — Maranhão — Relator, o Sr. Pindahiba de Mattos; paciente, Heracito Pires Seabra. — Não se deu provimento ao recurso, sendo assim negada a ordem de *habeas-corpus*, contra os votos dos Srs. João Pedro e Macedo Soares.

N. 1.223 — Capital Federal — Relator, o Sr. Bernardino Ferreira; pacientes, coronel Eduardo Lopes de Oliveira e outro. — Tomando-se, como preliminar, conhecimento da petição, contra os votos dos Srs. G. de Carvalho, André Cavaleanti, João Barbalho e H. do Espirito Santo, foi concedida a impetra-la ordem para que cesse o constrangimento a que estão sujeitos os pacientes; contra os votos dos Srs. G. de Carvalho, André Cavaleanti, João Barbalho, Lucio de Mendonça e H. do Espirito Santo. Não votaram os Srs. João Pedro, Piza e Almeida e Pindahiba de Mattos na preliminar por não se acharem presentes, e na questão principal os dous ultimos senhores.

N. 1.227 — Capital Federal — Relator, o Sr. João Barbalho; paciente, José Martallo. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Não votaram os Srs. Piza e Almeida e Macedo Soares por não se acharem presentes.

Homologação de sentença

N. 182 — Capital Federal — Relator, o Sr. Lucio de Mendonça; revisores, os Srs. João Barbalho e João Pedro; requerentes, D. Maria Tavares Ribeiro da Silva e D. Florinda Tavares Ribeiro da Silva. — Tomando-se conhecimento do pedido, contra os votos dos Srs. Americo Lobo e H. do Espirito Santo, foi homologada a sentença estrangeira, unanimemente. Não votaram os Srs. Piza e Almeida e Macedo Soares, por não se acharem presentes.

DISTRIBUIÇÃO

Aggravado de petição

N. 307 — Pernambuco — Aggravante, Companhia de Serviços Maritimos; agravado, Fernando do Amaral Ribeiro. — Ao Sr. ministro Piza e Almeida.

Appellação civil

N. 505 — Capital Federal — Appellante, Amedeu Gonella; appellado, a Fazenda Nacional. — Ao Sr. ministro barão de Pereira Franco.

Recurso crime

N. 88 — Capital Federal — Recorrente, Augusto Fortunato Sallanha da Gama, expagador da Estrada de Ferro Central do Brazil; recorrido, o procurador da Republica. — Ao Sr. ministro Bernardino Ferreira.

PASSAGENS

Conflicto de jurisdicção

N. 81 — Ao Sr. Manoel Murтинho.

Homologação

N. 183 — Ao Sr. Manoel Murтинho.

Recurso extraordinario

N. 169 — Ao Sr. barão de Pereira Franco.

Appellação civil

N. 452 — Ao Sr. Manoel Murтинho.

COM DIA

Homologação

N. 178 — Relator, o Sr. Pindahiba de Mattos.

Recurso extraordinario

N. 167 — Relator, o Sr. João Barbalho.

Aggravado de instrumento

N. 274 — Relator, o Sr. Americo Lobo.

Revisões crimes

Ns. 148 e 353 — Relator, o Sr. Lucio de Mendonça.

N. 260 — Relator, o Sr. Bernardino Ferreira.

N. 323 — Relator, o Sr. André Cavaleanti.

N. 357 — Relator, o Sr. Manoel Murтинho.

N. 346 — Relator, o Sr. G. de Carvalho.

N. 397 — Relator, o Sr. H. do Espirito Santo.

Appellações

N. 359 — Relator, o Sr. G. de Carvalho.

N. 437 — Relator, o Sr. Bernardino Ferreira.

N. 405 — Relator, o Sr. André Cavaleanti.

Levanta-se a sessão ás 3 horas da tarde. — O secretario, João Pedreira do Couto Ferraz.

Supremo Tribunal Militar

SESSÃO DE JUSTIÇA EM 10 DE MAIO DE 1899

Presidencia do Sr. ministro marechal Miranda Reis

Aos 10 dias do mez de maio de 1899, presentes os Srs. ministros marechal Tude Netiva, almirante Neto, marechal Moura, general de divisão Cantuaria, Drs. Carlos de Castro, Souza Carvalho e Acyndino de Magalhães, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da sessão antecedente, o secretario deu conta do expediente, que foi lançado no livro competente.

Foram relatados os seguintes processos:

Pelo Sr. ministro Cardoso de Castro:

Horacio da Costa, soldado do 5º regimento de cavallaria, accusado de primeira deserção aggravada. — Foi reformada a sentença do conselho de guerra, que condemnou o réo a um anno de prisão e mais castigos, para condemnal-o a seis mezes de igual prisão, como incurso no art. 1º, titulo 4º, da rubrica «Primeira deserção simples» da *Ordenança* de 9 de abril de 1805.

Julio do Patrocínio Saraiva, soldado 9º regimento de cavallaria, accusado de segunda deserção simples. — Reformou-se a sentença do conselho de guerra que condemnou o réo a quatro annos de prisão e mais castigos, para condemnal-o a dous annos de igual prisão, previstos no art. 1º, titulo 4º, da rubrica «Segunda deserção simples» da *Ordenança* de 9 de abril de 1805. Recommendou-se, como instrução, ao conselho de guerra que, antes

de proferir sentença, reuna nos autos as informações indispensaveis á capitulação do crime e applicação das penas. E que, sendo as certidões de assentamentos dos réos uma fonte documental dessas informações, deve o conselho fazel-as completar quando imperfeitas e omittas ou supprir taves emissões por outros meios de prova.

Heracitano Julio do Amaral, soldado do 6º batalhão de artilharia de posição, accusado de segunda deserção simples. — Foi confirmada a sentença do conselho de guerra que condemnou o réo a dous annos de prisão e mais castigos, como incurso no art. 1º, titulo 4º, da rubrica «Segunda deserção simples» da *Ordenança* de 9 de abril de 1805.

Julio Marques Brito Noronha, soldado do 25º batalhão de infantaria, accusado de deserção em tempo de guerra. — Foi julgada extincta a acção criminal contra o réo intentada, em face do decreto de amnistia n. 310, de 21 de outubro de 1895, e mandou-se guardar a respeito completo silencio.

Joaquim Cesario dos Santos, soldado do 28º batalhão de infantaria, accusado de primeira deserção simples. — Foi confirmada a sentença do conselho de guerra que condemnou o réo á seis mezes de prisão e mais castigos, como incurso no art. 1º, titulo 4º, da *Ordenança* de 9 de abril de 1805.

Heitor José da Silva, soldado do 38º batalhão de infantaria, accusado de primeira deserção aggravada. — Confirmou-se a sentença do conselho de guerra que condemnou o réo a oito mezes de prisão e mais castigos, como incurso no art. 2º, titulo 4º, da rubrica «Primeira deserção simples» de harmonia com o artigo unico do mesmo titulo da rubrica «Deserções aggravadas por circunstancias», da *Ordenança* de 9 de abril de 1805, sem prejuizo do tempo de serviço anterior, porquanto, na data do crime, já havia o réo concluido o prazo do seu alistamento no exercito.

Antonio Basilio de Paula, marinheiro nacional, accusado de deserção. — Foi confirmada, quanto á pena, a sentença do conselho de guerra que condemnou o réo a tres annos e tres mezes de prisão com trabalho, grão medio das penas estabelecidas para o crime de deserção, previsto no art. 117 do Código Penal da Armada, na ausencia de circunstancias attenuantes e aggravantes.

Justino Clemente do Araujo, marinheiro nacional, accusado de deserção. — Foi confirmada, quanto a applicação da pena, a sentença do conselho de guerra que condemnou o réo a tres annos e tres mezes de prisão com trabalho, grão medio das penas estabelecidas no art. 117 do Código Penal da Armada, visto concorrerem as circunstancias aggravantes do art. 33 § 2º e attenuante do art. 38 do codigo supra citado.

— Pelo Sr. ministro Dr. Souza Carvalho:

Athanagildo Lopes da Cruz, capitão-tenente da armada nacional, accusado de insubordinação. — O Supremo Tribunal, tomando conhecimento dos embargos oppostos pelo réo, reformou a sentença que o condemnou a tres mezes e 15 dias de prisão simples, para absolvel-o da accusação que lhe foi intentada, contra os votos dos Srs. ministros Miranda Reis, Cantuaria e Cardoso de Castro, que confirmaram a sentença embargada.

— Pelo Sr. ministro Dr. Acyndino de Magalhães:

Antonio Francisco Gabriel, soldado do 16º batalhão de infantaria, accusado de terceira deserção aggravada. — Foi reformada a sentença do conselho de guerra que condemnou o réo a 12 annos de prisão, para condemnal-o a seis annos de igual pena e mais castigos referidos no artigo unico da «Terceira deserção simples» do titulo 4º da *Ordenança* de 9 de abril de 1805, combinado com a Carta Regia de 19 de fevereiro de 1807 e art. 264, do Regulamento Processual Militar, visto não estar provada sufficientemente a aggravação.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Rendimento do dia 1 a 23 de maio de 1899.....	4.267:664\$780
Idem do dia 24.....	197:228\$835

4.464:893\$615

Em igual periodo de 1898..... 5.036:294\$660

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 a 23 de maio de 1899.....	2.294:655\$696
Idem do dia 24.....	127:542\$943

2.422:198\$639

Em igual periodo de 1898..... 976:120\$891

RECEBEDORIA DO ESTADO DE MINAS NA CAPITAL FEDERAL

Rendimento do dia 24 de maio de 1899.....	29:268\$001
Idem de 1 a 24.....	348:369\$327

659:360\$663

MESA DE RENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rendimento do dia 24 de maio de 1899.....	15:781\$378
Idem do dia 1 a 24.....	295:374\$341

NOTICIARIO

Tribunal do Contas—Ordens de pagamento sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 24 do corrente, o Sr. presidente deste tribunal:

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Avisos:

N. 830, de 11 do corrente, pagamento de 54\$ à *Gazeta de Noticias*, desta Capital, de anuncios publicados em março do corrente anno;

N. 831, da mesma data, idem de 48\$ ao *Jornal do Commercio*, de publicações feitas por ordem dos Correios, no mez de março do corrente anno;

N. 832, da mesma data, idem de 265\$200 à Imprensa Nacional, da publicação de expediente e editaes por conta dos Correios, no mez de março ultimo;

N. 833, da mesma data, idem de 352\$ a Pacheco Leal & Moreira, de material fornecido aos Correios, no mez de março do corrente anno;

N. 834, da mesma data, idem de 200\$ à Imprensa Nacional, de publicações feitas por conta dos Correios, no mez de fevereiro ultimo;

N. 835, de 15 do corrente, idem de 3:717\$ a João Guimarães, de fornecimentos feitos à Directoria Geral dos Correios, no mez de março do corrente anno;

N. 839, da mesma data, idem de 420\$ a Luiz Macedo, de utensilios fornecidos aos Correios, no mez de março ultimo;

N. 840, da mesma data, idem de 65\$500 ao mesmo, de objectos fornecidos à Directoria Geral de Estatística, no mez de março do corrente anno;

N. 841, da mesma data, idem de 6\$900 ao mesmo, de fornecimentos feitos à Directoria Geral de Estatística, no mez de março ultimo;

N. 842, da mesma data, idem de 395\$ a Cesar Gomes & Comp., de material fornecido aos Correios, no mez de março ultimo;

N. 843, da mesma data, idem de 326\$500 a J. M. de Castro, de fornecimentos para os Correios, no mez de março ultimo;

N. 852, da mesma data, idem de 162\$ a Leuzinger & Comp., de fornecimentos feitos ao Observatorio do Rio de Janeiro, em abril findo;

N. 858, da mesma data, idem de 30:179\$754 a diversos, de fornecimentos à Estrada de Ferro Central do Brazil, nos mezes de fevereiro e março do corrente anno;

N. 861, da mesma data, idem de 11:247\$320 a Carlos Wigg e a Lago Irmãos, de fornecimento de carvão à Estrada de Ferro do Rio do Ouro, nos mezes de fevereiro e março do corrente anno;

N. 863, de 16 do corrente, idem de 50\$, da folha do servente do Observatorio do Rio de Janeiro, relativa ao mez de abril ultimo;

N. 861, da mesma data, idem de 48\$ a José Correia Guimarães, de fornecimentos à Directoria do Jardim Botânico, em fevereiro ultimo;

N. 865, da mesma data, idem de 63\$500 a Gomes & Cunha, de pão fornecido à Hospedaria da Ilha das Flores, nos dias 1 a 4 de janeiro ultimo;

N. 866, da mesma data, idem de 2:500\$ à Companhia Viação Férrea e Fluvial do Tocantins e Araguaia, da subvenção devida pela viagem realizada no mez de março ultimo;

N. 867, da mesma data, idem de 4:500\$ ao Lloyd Brasileiro, pela segunda viagem realizada na linha do sul, no mez de março do corrente anno;

N. 868, da mesma data, idem de 2:083\$330 ao Lloyd Brasileiro, pela viagem realizada na linha do Espirito Santo, no mez de março ultimo.

—Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Avisos:

N. 5.624, de 12 do corrente, pagamento de 498\$, das folhas, relativas ao mez de abril ultimo, dos operarios contractados para caiar as salas da 4ª secção e concertar os armarios da 3ª e 4ª secções do Museu Nacional;

N. 5.651, de 17 do corrente, idem de 411\$910 ao director da Casa de Correção, coronel Aureliano Pedro de Farias, das despesas de prompto pagamento por elle feitas durante os mezes de janeiro e fevereiro ultimos;

N. 5.642, de 16 do corrente, idem de 32\$900 a Cesar Gomes & Comp., de fornecimentos feitos ao Supremo Tribunal Federal, no mez de abril ultimo;

N. 5.639, da mesma data, idem de 508\$861 a diversos, de fornecimentos ao Instituto Nacional de Musica;

N. 5.423, de 20 de abril, idem de 20:031\$934 ao capitão thesoureiro do corpo de bombeiros Henrique Loureiro, para occorrer ás despesas com o material do mesmo corpo, no mez de março ultimo;

N. 5.589, de 9 do corrente, idem de 800\$ a diversos deputados, da ajuda de custo de vinda e volta que lhes compete na 3ª sessão da 3ª legislatura do Congresso Nacional;

N. 5.629, de 15 do corrente, idem de 900\$ a diversos deputados, idem;

N. 5.626, de 12 do corrente, idem de 5:618\$310, da folha dos alugueis dos predios occupados por estações e postos policiaes, correspondente ao mez de abril ultimo;

N. 5.625, de 12 do corrente, idem de 1:798\$ a diversos, de fornecimento de colchões, travesseiros e cobertores à Casa de Detenção;

N. 5.653, de 17 do corrente, idem de 1:200\$ a diversos senadores e deputados, das ajudas de custo de vinda e volta que lhes competem na 3ª sessão da 3ª legislatura do Congresso Nacional;

N. 5.638, de 16 do corrente, idem de 173\$ a Leuzinger & Comp., de objectos de expediente fornecidos a esta Secretaria de Estado, no mez de abril findo;

N. 5.644, de 16 do corrente, idem de 2:412\$800 a diversos, de fornecimentos e publicações para a Secretaria de Policia.

N. 5.640, da mesma data, idem de 715\$ à Imprensa Nacional, de fornecimentos e publicações feitas para o Externato do Gymnasio Nacional, nos mezes de janeiro a março ultimo.

N. 5.643, da mesma data, idem de 98\$500 à Casa de Correção desta Capital, de encadernações de volumes para a Secretaria de Estado, no corrente mez.

—Ministerio da Fazenda—Offcios:

Do juiz municipal de Nitheroy, de 28 de abril, pagamento de 155\$330 a José Domingues da Costa, juros de capital em cofre dos orphãos;

N. 109, da Alfandega de Porto Alegre, de 17 de setembro de 1897, idem de 10:394\$940, credito à Delegacia do Thesouro naquelle Estado, para pagamento de dividas em exercicios findos;

N. 128, do Laboratorio Nacional de Analyses, de 10 do corrente, idem de 1:012\$ à Imprensa Nacional, de trabalhos feitos para aquelle estabelecimento, no mez de fevereiro do corrente anno;

N. 190, da Imprensa Nacional, de 12 de abril, idem de 132\$340 ao thesoureiro daquelle estabelecimento, das despesas relativas ao mez de janeiro ultimo;

N. 33, de 12 do corrente, idem de 600\$ ao 1º machinista da Alfandega do Rio de Janeiro Agostinho Luiz de Almeida, pelos serviços extraordinarios que tem prestado na direcção e conservação das machinas da mesma repartição.

N. 43, da Alfandega de Porto Alegre, de 28 de abril de 1898, idem de 6:608\$452, credito à Delegacia daquelle Estado, para pagamento de dividas de exercicios findos.

Requerimentos:

De Alfredo dos Santos Franco, pagamento de 69\$600, da restituição do imposto que indevidamente lhe foi descontado na gratificação, durante o periodo decorrido de janeiro de 1894 a dezembro de 1896.

Representação:

Da 2ª Sub-Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal, pagamento de 2:264\$838, credito à Delegacia do Thesouro em Goyaz para as despesas da fiscalização dos impostos de consumo.

Exercicios findos—Requerimentos:

Do capitão de estado-maior Felisberto Piá de Andrade, pagamento de 341\$166, de ajuda de custo no exercicio de 1896;

Do Dr. Severiano Bráulio Monteiro, idem de 23\$290 de etapas vencidas no exercicio de 1894;

Do *London and River Plate Bank, limited*, procurador do M. Buarque de Macedo & Comp., idem de 13:965:557, de fornecimentos feitos à Intendencia da Guerra, em dezembro de 1896.

De Vicente Ferreira Lima, idem de 97\$540, de peças de fardamento vencidas em 1894.

Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro—O resultado dos exames da 1ª série de pharmacia, effectuados no dia 23 do corrente, foi o seguinte:

Waldemiro Sá Rego de Oliveira, approvado plenamente em physica e em botanica e simplesmente em chimica inorganica; Raul Manso Sayão, approvado simplesmente em physica e em chimica.

Houve um reprovado em physica e em chimica.

Correio—Esta repartição expedirá malas hoje, pelos seguintes paquetes:

Pelo *Muguay*, para os portos do Espirito Santo e Caravellas, recebendo impressos até as 5 horas da manhã, cartas para o interior até as 5 1/2, ditas com porte duplo até as 6.

Pelo *Industrial*, para Laguna, recebendo impressos até as 9 horas da manhã, cartas para o interior até as 9 1/2, ditas com porte duplo até as 10.

Pelo *Mitcoro*, para Bahia e Pernambuco, recebendo impressos até as 9 horas da manhã, cartas para o interior até as 9 1/2, ditas com porte duplo até as 10.

Pelo *Snellite*, para Bahia, Maceió, Pernambuco, Parahyba, Ceará, Maranhão e Pará, recebendo impressos até as 7 horas da manhã, cartas para o interior até as 7 1/2, ditas com porte duplo até as 8.

Pelo *Victoria*, para Santos e portos do sul, recebendo impressos até as 9 horas da manhã, cartas para o interior até as 9 1/2, ditas com porte duplo até as 10.

Pelo *Jumilla*, para Paranaguá, recebendo impressos até as 12 horas da manhã, cartas para o interior até as 12 1/2, ditas com porte duplo até a 1 da tarde, objectos para registrar até as 11 da manhã.

Pelo *Corsica*, para Santos e Victoria, recebendo impressos até as 2 horas da tarde, cartas para o interior até as 2 1/2, ditas com porte duplo até as 3, objectos para registrar até a 1.

Pelo *Ibéria*, para o Rio da Prata, Matto Grosso, Paraguay e Pacifico, recebendo impressos até as 2 horas da tarde, cartas para o interior até as 2 1/2, ditas com porte e para o exterior até as 3, objectos para registrar até a 1.

Pelo *Gurany*, para Paranaguá e S. Pedro do Sul, recebendo impressos até as 5 horas da manhã, cartas para o interior até as 5 1/2, ditas com porte duplo até as 6.

Pelo *Canova*, para o Rio da Prata, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até as 12 horas da manhã, cartas para o interior até as 12 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até a 1 da tarde, objectos para registrar até as 11 da manhã.

— Amanhã:

Pelo *Santa Maria*, para Bahia e Ceará, recebendo impressos até as 9 horas da manhã, cartas para o interior até as 9 1/2, ditas com porte duplo até as 10, objectos para registrar até as 6 da tarde de hoje.

— Afim de prestar esclarecimentos, convida-se a comparecerem na 5ª secção desta administração o remetente de uma encomenda para o padre Valentim, em S. José do Ribeirão.

Santa Casa da Misericórdia

—O movimento do hospital da Santa Casa da Misericórdia, dos hospícios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dóres, em Cascadura, foi no dia 22 de maio o seguinte :

	Nac.	Est.	Total
Existiam.....	779	928	1.707
Entraram.....	32	17	49
Sahiram.....	29	33	62
Falleceram.....	7	7	14
Existem.....	775	905	1.680

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 672 consultantes, para os quaes se aviaram 801 receitas.

Fizeram-se 61 extracções de dentes.

Observatorio do Rio de Janeiro—Resumo meteorologico—Dia 23 de maio de 1899:

Horas	Barometro reduzido a 0°	Temperatura centigrada	Humidade relativa	Direcção e velocidade do vento em metros por segundo	Estado do céu
7 m.	759.7	22.2	59	SW 3.3.	Encoberto.
10 m.	761.6	20.6	85	W 2.0.	Idem.
1 t.	760.5	20.7	78	Nullo.	Idem.
4 t.	760.5	20.3	81	Idem.	Idem.

Thermometro sem abrigo ao meio-dia: ennegrecido, 41.0; prateado, 31.0.
 Temperatura maxima, 23.0.
 Temperatura minima, 21.2.
 Evaporação em 24 horas, 1.0.
 Chuva em 24 horas 15m/m,365.

— E no dia 24 de maio:

Horas	Barometro reduzido a 0°	Temperatura centigrada	Humidade relativa	Direcção e velocidade do vento em metros por segundo	Estado do céu
7 m.	760.9	19.5	83	ENE 2.5.	Nublado.
10 m.	761.8	21.6	76	NE 1.0.	Claro.
1 t.	760.3	22.5	68	SE 1.0.	Idem.
4 t.	759.5	23.1	72	SE 9.0.	Idem.

Thermometro sem abrigo ao meio-dia: ennegrecido, 47.0; prateado, 35.0.
 Temperatura maxima, 23.2.
 Temperatura minima, 19.3.
 Evaporação em 24 horas, 1.4.
 Chuva em 24 horas, 22m/m,335.

Directoria de Meteorologia do Ministerio da Marinha—
 Repartição da Carta Maritima—Resumo meteorologico da estação central no morro de Santo Antonio, em 23 de maio de 1899 (terça-feira):

Horas	Barometro a 0°	Temperatura do ar	Tensão do vapor	Humidade relativa	Direcção do vento	Estado da atmosfera	Especie de nuvens	Quantidade de nuvens
	m/m	o	m/m	%				
1/2 n.	758.61	23.6	15.52	72.0	W	—	—	—
3 a.	758.72	21.9	14.42	73.9	SW	—	—	—
6 a.	759.25	21.8	13.19	68.0	SSW	Encoberto.	CN	10
9 a.	761.14	21.4	15.22	80.2	SSW	Idem.	N	10
1/2 d.	760.78	22.3	15.98	80.0	ENE	Idem.	N, CN, CR, K	9
3 p.	760.36	20.5	15.43	86.0	S	Idem.	..	10
6 p.	760.74	20.5	17.60	98.0	N	Idem.	N, CN	9
9 p.	761.58	19.5	13.25	91.5	NE	Idem.	..	10

Temperatura maxima exposta.....	24.5
» » à sombra.....	24.0
» » minima.....	19.1
Evaporação em 24 horas, à sombra.....	19m/m,8
Chuva em 24 horas.....	19m/m,30
Duração do brilho solar.....	2h11

Observações

Choveu de 8 h. 35 m. a 9 h. 50 m. a. e ás 11 h. 50 m. a.
 A's 7 h. p. cahiu um aguaceiro que cessou proximo de 7 h. 30 m. p.
 Errata—No boletim de 22 deve-se ler: temperatura do ar ao meio-dia 26° e não 22°5; direcção do vento ás 6 h. a WNW em vez de NNW.

MARCAS REGISTRADAS

N. 2.724

Carvalho & Valentim, negociantes, estabelecidos nesta praça, á rua da Conceição ns. 62 e 64 com commercio de roupas feitas, armario, modas e outros artigos, veem apresentar a marca acima collada, adoptada pelos supplicantes para distinguir o seu commercio, a qual consiste no seguinte: Um rolo em papel branco de forma rectangular, tendo no centro representado a figura de um homem de frente e elegantemente trajado fraque preto, calça e collete da mesma cor e cartola, e trazendo na mão direita um cartaz com os seguintes dizeres: «*Sou da moda.— O figurino. Olhem todos para mim!! Quereis andar bem no chic... E Carvalho & Valentim 62 e 61.*» Por baixo da figura, leem-se as seguintes palavras: «*Marca registrada*». No mesmo lado, por cima do cartaz, leem-se em sentido vertical, as palavras seguintes: «*Artigo unico... não se vende fiado*».

A referida marca é usada nas fazendas e outros artigos concernentes ao negocio dos supplicantes e bem assim nas facturas, cartões, notas, podendo variar em cores e dimensões, quando julgarem conveniente.

Apresentando assim os supplicantes, pedem para que seja a referida marca registrada na forma da lei.

Achava-se collada e inutilizada uma estampilha, no valor de 300 réis, com os seguintes dizeres:

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1898.—
Carvalho & Valentim.

Apresentada na secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, ás 11 horas da manhã de 17 de dezembro de 1898.—O secretario, *Cesar de Oliveira.*

Registrada sob n. 2.724 por despacho da Junta Commercial em sessão de hoje.

Pagou no primeiro exemplar 6\$600 de sello por estampilhas.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1899.—O secretario, *Cesar de Oliveira.*

Achava-se ao lado o carimbo da Junta Commercial.

EDITAES E AVISOS

Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro

Serão chamados a exame, no dia 25 do corrente, os seguintes senhores:

1ª serie medica

(Prova oral —A's 11 horas)

- Horacio Martins.
- Vicoriano Pereira de Barros Junior.
- Carlos Varella.
- Francisco Bustamante.
- Ulysses da Rocha Cavalcanti.
- Albertino Bustamante.

Turma suplementar

Eduardo D'Ultra Vaz.

- Antonio Reis.
- José Marcellino Teixeira de Rezende.
- Henrique Formandes Trigo de Laureiro.
- Alberto Brandão de Magalhães.
- Antonio Martins de Araújo e Silva.

3ª serie pharmaceutica

(Prova oral — A's 10 horas)

Os mesmos chamados para hontem.
 Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro, 24 de maio de 1899. — O secretario, *Dr. E. de Menezes.*

Tribunal de Contas

Pelo presente edital e nos termos do accordão desta tribunal de 12 do corrente, é intimado o ex-collector interino do municipio de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, João Felix de Mello, para, no prazo de 30 dias, a contar da publicação deste, recolher aos cofres publicos o alcance de 550\$958, verificado na toma da de suas contas referentes aos periodos do 13 de junho a 12 de julho de 1890 e de 18 a 24 desse ultimo mez, e mais os juros de 9% da mora sobre a quantia de 506\$783, contados de 25 de julho daquelle anno até a data do seu recolhimento.

Tribunal de Contas, 18 de maio de 1899. —O secretario, *Domingos Couto de Carvalho Neves.*

Externato do Gymnasio Nacional

CONCURSO

De ordem do Sr. director faço publico, para conhecimento dos interessados que, a partir de hoje até o dia 19 de julho, ás 2 horas da tarde, acha-se aberta nesta secretaria a inscripção a concurso para a cadeira de grego deste externato, ficando annullada a que se abriu no anno proximo passado.

Para esta inscripção exigir-se-ha: prova de maioridade, folha corrida e ser o candidato cidadão brasileiro.

Os candidatos poderão, entretanto, acrescentar quaesquer documentos de capacitação profissional em seu abono.

A inscripção poderá ser feita por procurador, si o candidato tiver justo impedimento.

Secretaria do Externato do Gymnasio Nacional, 19 de abril de 1899.—O secretario, *Paulo Tavares*.

Escola de Minas de Ouro Preto

CONCURSO

De ordem do Sr. director da Escola de Minas de Ouro Preto, faço constar que, por espaço de quatro mezes, a partir da presente data, estará aberta nesta secretaria a inscripção dos candidatos para o provimento definitivo do lugar de lente substituto da 7ª secção, de accordo com o regulamento de 18 de setembro de 1893.

Em virtude do art. 63 do coligo das disposições communs ás instituições do ensino superior, ficará esta inscripção ainda aberta durante os tres primeiros dias uteis do mez de setembro futuro por terminar o dito prazo no periodo das férias.

Os candidatos devem satisfazer as disposições dos arts. 66, 67, 68, 71, 72 e 73 do já referido codigo.

Secretaria da Escola de Minas de Ouro Preto, 10 de abril de 1899.—O secretario, *João Victor de Magalhães Gomes*.

Recebedoria da Capital Federal

IMPOSTO DE INDUSTRIAS E PROFISSÕES

Faço publico que, de conformidade com o disposto no art. 25 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.792, de 11 de janeiro de 1898, no dia 1 de maio proximo futuro se iniciará nesta repartição a cobrança á bocca do cofre do imposto de industrias e profissões, pela fórmula seguinte: em uma só prestação, si o imposto não exceder de 100\$; da primeira prestação, si o imposto exceder dessa quantia.

Recebedoria da Capital Federal, 29 de abril de 1899.—O director-interino, *José Ramos da Silva Junior*.

Alfandega do Rio de Janeiro

Não sendo precisamente conhecido o paradeiro de José Pinto de Souza, importador de quatro barricas da marca P. n. 7/10, vindas de Antuerpia no vapor allemão *Arensbourg*, entrado em 28 de março ultimo, e submettidas a despacho pela nota n. 6.746, de abril findo, convido-o a comparecer a esta secção, dentro do prazo improrogavel de 15 dias, afim de vir dar esclarecimentos necessarios ao bom andamento do inquerito a que se está procedendo relativamente ás referidas barricas.

Tercera secção da Alfandega da Capital Federal, 20 de abril de 1899.—O chefe de secção, *J. Z. Rangiel de S. Paio*.

De ordem do Sr. inspector em commissão, faço publico, para conhecimento dos interessados, que até o dia 31 do corrente, a 1 hora da tarde, se recebem propostas em carta fechada para o fornecimento de uma lancha silenciosa que deverá ser entregue á Alfandega de Uruguayana.

As propostas serão abertas naquello dia e hora, no gabinete da inspectoría desta alfandega, onde os Srs. proponentes obterão todos os esclarecimentos com o abaixo assignado.

Alfandega do Rio de Janeiro, 19 de maio de 1899.—O 2º escripturario, *J. A. Maurity de Oliveira*.

Quartel General da Marinha

De ordem do Sr. contra-almirante, chefe do estado-maior general da armada, faço publico que, durante trinta dias, a contar de hoje, fica aberta na 2ª secção deste quartel-general a inscripção para o concurso a uma vaga de pharmaceutico de 4ª classe, devendo os candidatos satisfazer a todas as condições exigidas pelo regulamento anexo ao decreto n. 683, de 29 de agosto de 1890, que são as seguintes:

- 1ª, pratica de pharmacia;
- 2ª, materia medica e arte de formular;
- 3ª, chimica pratica e analytica em suas applicações á medicina e toxicologia em geral.

Condições:

- 1ª, ser pharmaceutico formado em alguma das Faculdades de Medicina da Republica Federal dos Estados Unidos do Brazil ou por ellas legalmente habilitado;
- 2ª, ser cidadão brasileiro e estar no gozo dos direitos civis e politicos;
- 3ª, ter menos de 25 annos, o que será provado por certidão de idade ou documento authenticico que em juizo produza fé e a substitua;
- 4ª, ser morigerado, o que será tambem competente e documentalmente provado;
- 5ª, ter a necessaria robustez e saude para o serviço naval, o que será julgado pela junta de saude.

As provas versarão sobre as materias acima especificadas.

Segunda secção do Quartel-General da Marinha, 1 de maio de 1899.—Dr. *José Pereira Guimarães*, inspector de saude naval.

De ordem do Sr. contra-almirante, chefe do estado-maior general, faço publico que, durante 30 dias, a contar de hoje, fica aberta na 2ª secção deste quartel general a inscripção para o concurso a 14 vagas de cirurgiões de 5ª classe do corpo de saude da armada, devendo os candidatos satisfazer a todas as condições exigidas pelo regulamento anexo ao decreto n. 683, de 23 de agosto de 1890, que são as seguintes:

- 1ª, ser doutor em medicina por algumas das Faculdades da Republica Federal dos Estados Unidos do Brazil ou por ellas legalmente habilitado;
- 2ª, ser cidadão brasileiro e estar no gozo dos direitos civis e politicos;
- 3ª, ter menos de 30 annos de idade, o que será provado por certidão de idade ou por documento authenticico que em juizo produza fé e a substitua;
- 4ª, ser morigerado, o que será tambem competente e documentalmente provado;
- 5ª, ter a necessaria robustez para o serviço naval, o que será julgado pela junta de saude.

As provas versarão sobre chimica medica, chimica cirurgica, hygiene naval, geographia medica, regulamentação quarentenaria e pathologia exotica.

Segunda secção do Quartel General da Marinha, 1 de maio de 1899.—Dr. *José Pereira Guimarães*, inspector de saude naval.

Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

CONCURRENCIA

De ordem do Sr. vice-almirante graduado inspector deste arsenal, faço publico que, no dia 30 do corrente, ao meio-dia, serão recebidas e abertas, no gabinete do mesmo Sr. inspector, propostas para o fornecimento dos seguintes artigos:

- Área de moldar, do Porto, kilo.
- Cabello para lanadas, idem.
- Felhas de feltro alcatroadas, idem.
- Lithoide mosaico nacional, metro quadrado.
- Grega para o mesmo, idem idem.
- Lithoide mosaico estrangeiro, idem, idem.
- Grega para o mesmo, idem, idem.
- Rebolo de 1m,20 de diamentro e 160 m/m de grossur., 1.

Papel canson, metro.

Tintas convencionaes, em paos, para desenho, 1 paó.

Cabo electrico de 7 fios, de 1/10 m/m, envolvido em chumbo, conforme a amostra existente nesta secretaria, metro.

Dito dito, flexivel, de 5/10 m/m, conforme a amostra exist-n-te nesta secretaria, idem.

Cabo de arame de ferro flexivel, conforme a amostra existente nesta secretaria, idem.

Nenhuma proposta será recebida sem que venha acompanhada das respectivas amostras.

Secretaria da Inspeção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, 24 de maio de 1899.

—O secretario, *Eugenio Candido da Silveira Rodrigues*.

Contadoria da Marinha

Em cumprimento á circular do Tribunal de Contas de 23 de abril de 1898, pelo presente declaro aos herdeiros dos fallecidos cirurgiões da armada Dr. Manoel Affonso da Silva e José Lucio de Souza Albuquerque, commissario João José Ferreira Duarte e fiel de 1ª classe Rogerio Pedro Alexandrino ou a quem possa interessar que as contas de suas responsabilidades foram liquidadas por esta contadoria e enviadas áquelle tribunal para o devido julgamento.

Contadoria da Marinha, 15 de maio de 1899.—O contador, *Antonio de Babo Ribeiro e Souza Junior*.

Nono Regimento de Cavallaria

QUINTA DA BOA VISTA

Concurrencia

De ordem do Sr. coronel-commandante, chamo concurrencia para as seguintes obras e concertos a fazer-se no quartel deste regimento, devendo os Srs. concurrentes apresentar suas propostas, com os preços de cada obra ou concerto discriminadamente, até o dia 31 do corrente mez, ao meio-dia, na secretaria do regimento; a saber:

Reconstrução de uma parede do rancho das praças.

Substituição do soalho da reserva do 4º esquadrão.

Caiação do rancho das praças, cozinha e mais dependencias do mesmo rancho, dos alojamentos das praças, latrinas, xadrez e corpo da guarda e das paredes das cavallariças de 1º e 4º esquadrões.

Reformar a cobertura de zinco das baias do 2º esquadrão.

Tapamento de madeira em uma das faces do galpão em que se acha a ambulancia.

Collocação de postes, correntes de ferro e reconstrução das baias que estiverem em mão estado.

Concerto de caixilhos das janellas do alojamento da musica e da cozinha e collocação de vidros nos mesmos.

Tapamento de madeira nas baias do 2º e 3º esquadrões.

Pintura do rancho geral das praças e das dependencias do mesmo, dos quatro alojamentos, dos banheiros e das latrinas.

Pintura a pize das cavallariças e dos postes do pateo do quartel.

Concertos das caixas automaticas, e collocação de torneiras nos tanques e nas cavallariças.

Concerto do encanamento da agua e do gaz e substituição do que estiver imprestavel em todo o quartel.

Collocação de 12 mangueiras com esguichos nos quatro esquadrões e de duas na enfermaria de cavallos.

Collocação de incandescentes nas cavallariças, nos alojamentos e na enfermaria de cavallos.

Quartel do 9º regimento de cavallaria, Quinta da Boa Vista, 23 de maio de 1899.—*Luis Torquato de Souza*, tenente-secretario interino.

Intendencia Geral da Guerra

CONCURRENCIA

O conselho de compras desta repartição recebe propostas, no dia 25 do corrente, até ás 11 horas da manhã, para a compra dos artigos abaixo especificados:

- 1.000 kepis para praças de infantaria.
- 100 ditos para musicos de infantaria.
- 1.500 capot's de panno alvadio.
- 2.000 cobertores de lã encarnada.
- 240 metros de cordão de algodão branco.

A concorrência versará sobre o preço o menor prazo possível.

As pessoas que quizerem concorrer a esse fornecimento deverão previamente habilitar-se nesta repartição, onde lhes serão dados todos os esclarecimentos precisos.

Os concorrentes deverão apresentar amostras dos artigos constantes do presente edital, competentemente classificados.

Previne-se que as propostas serão em duplicata: escriptas com tinta preta, devidamente sellada a primeira via, referentes a uma só amostra, sem rasuras ou emendas; deverão conter o numero e marca de cada amostra e finalmente, a declaração de sujeitar-se o proponente á multa de 5% caso se recuse á assignatura do respectivo contracto.

Não serão tomadas em consideração as propostas que não estiverem de accordo com este edital.

Intendencia Geral da Guerra, 1ª secção. 20 de maio de 1899.—Tenente-coronel *Manoel Ferreira Neves Junior*.

Hospital Central do Exercito em Andarahy

Concurrença para fornecimento de generos alimenticios e outros artigos nos dous hospitais, durante o 2º semestre de 1899

De ordem do Sr. coronel Dr. presidente do conselho economico dos hospitais desta Capital, faço publico que, a 26 do corrente, ás 11 horas da manhã, serão recebidas no Hospital Central, no morro do Castello, propostas para fornecimento, durante o 2º semestre de 1899, dos generos alimenticios de primeira qualidade e outros artigos abaixo especificados, os quaes serão entregues nos dous hospitais por conta dos fornecedores, a saber:

Em kilo peso liquido: arroz, araruta, assucar refinado de primeira e terceira, banha americana em barril, batata inglesa, biscoitos de araruta e outros, bolachinhas americanas, chá verde da India, dito preto idem, café em pó, bacalhão, carne secca, dita de vacca, dita de porco, dita de carneiro, goiata e outros doces, manteiga Demagny, tapioca, massas para sopa, matte em folha, toucinho nacional, pão de 140 e 150 grammas, verduras e temperos, chocolate, peixe fresco, cera em velas e sabão commum.

Em litros: leite de vacca, vinho virgem de barril, dito branco idem, azeite doce idem, farinha e feijão.

Em garrafas: azeite doce fino e vinho do Porto.

Em unidades: frangos, galinhas, ovos, rosas, velas de sebo, ditas de composição, limão azedo, bananas prata e de S. Thomé, laranjas, lenha em achas de tres kilos e vasouras.

Lavagem e concerto de roupa, por peça, sem distincção de qualidade.

Pôde concorrer qualquer negociante, independente de ser matriculado, cumprindo, porém, que os pretendentes se habilitem até ao meio-dia do dia 25 do corrente, na forma dos arts. 31 e paragraphos, e 34 do regulamento approved por decreto n. 2.213, de 9 de janeiro de 1896, e publicado a 21 do mesmo mez e anno, devendo os concorrentes receberem até aquella dia e hora, na secretaria deste hospital (morro do Castello), as relações im-

pressas, dos generos e artigos necessarios, para as propostas, que deverão ser em duplicata, sendo uma sellada e ambas assignadas e apresentadas perante o conselho, em carta fechada, no dia e hora acima designados, pelos proprios ou por prepostos, devidamente habilitados.

Para garantia da assignatura dos contractos os concorrentes farão, antecipadamente, uma caução de 5%, calculada sobre a importancia provavel dos generos a fornecer durante o semestre, perdendo taes cações: os concorrentes preferidos que não comparecerem para firmar os respectivos contractos.

Os fornecedores ficarão sujeitos, de accordo com os arts. 29 e 33 do regulamento citado, ás multas de 25 ou 50 %, nos casos de infracções estipuladas nas propostas impressas, obrigando-se a fornecerem a dinheiro, pelos preços do contracto, aos officiaes e empregados dos dous estabelecimentos.

Na secretaria deste hospital, nos dias uteis, das 7 horas da manhã á 1 da tarde, dar-se-hão quaesquer outras informações de que carecerem os pretendentes á concorrência.

Hospital Central do Exercito, 18 de maio de 1899.—O secretario, *José Antonio de Freitas Amaral*.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

De ordem do Sr. Ministro e em observancia do n. VIII, art. 3º da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, se faz publico que, até o dia 31 de julho do corrente anno, á 1 hora da tarde, se receberão propostas na Directoria Geral de Obras e Viação deste Ministerio e em Londres, Pariz, Anvers e Hamburgo, nas legações e consulados respectivos, para o arrendamento das seguintes estradas de ferro:

- 1—Estrada de Ferro Sul de Pernambuco e ramal, no Estado de Pernambuco, com 193k,908, em trafego. Renda bruta em 1897—533:193\$043.
- 2—Estrada de Ferro do São Francisco, no Estado da Bahia, com 452k,310, em trafego. Renda bruta em 1897—1.899:701\$015, de accordo com as clausulas em seguida especificadas:

O arrendamento será pelo prazo de 60 annos, mas o Governo, precedendo autorização do Corpo Legislativo, terá o direito de encampação, decorridos os primeiros 30 annos deste prazo, assim como terá o direito de tomar posse, temporariamente, das linhas e material rodante para operações militares, independente daquella autorização.

No caso de encampação, o valor da mesma será pago em moeda corrente do paiz, e corresponderá a 5% da renda liquida média verificada no ultimo quinquennio, multiplicada pelo numero de annos que faltarem para a terminação do arrendamento, e mais o capital por amortizar, empregado pelo arrendatario nas obras e melhoramentos da estrada.

No caso de posse temporaria, o arrematante terá direito a uma indemnização nunca superior á média da renda liquida dos mezes correspondentes no quinquennio precedente á occupação do Governo.

- II
- O prego do arrendamento constará:
 - a) de uma quota inicial computada pelo proponente e nunca inferior a 100:000\$000;
 - b) de uma annuidade, paga em moeda corrente do paiz, a semestres vencidos, calculada em percentagem sobre a renda bruta da estrada;
 - c) de uma quota correspondente a 20% da renda que, em vista do balanço extrahido da escripturação, houver excedido do dividendo ou juros do 12% do capital effectivamente empregado nas estradas.

A importancia das quotas a e b determinará principalmente a preferéncia na escolha do concorrente.

III
O concorrente será obrigado a apresentar, com a proposta, certificado de haver depositado no Thesouro Federal ou na delegacia do do Thesouro em Londres a quantia de 5:000\$ para garantia da assignatura do contracto.

O concorrente que for preferido e que deixar de assignar o contracto dentro de 30 dias, a contar da data da publicação da preferéncia, perderá aquelle deposito em favor dos cofres da União.

IV
Correrá por conta do arrematante a despesa de fiscalização, a qual será no contracto fixada entre 12:000\$ e 25:000\$ por anno, pagaveis em prestações semestraes adiantadas.

V
O arrematante manterá as linhas, edificios, officinas e mais dependencias e o material fixo e rodante em perfeito estado de conservação, sendo obrigado a augmentar o material rodante, de accordo com as necessidades do trafego e, findo o prazo de arrendamento, a entregar ao Governo, sem indemnização alguma, as linhas, edificios, officinas e mais dependencias e o material fixo e rodante, em perfeito estado de conservação.

Para substituição do material rodante, das machinas, apparatus, instrumentos, utensilios das officinas, será constituido um fundo especial com a importancia de 4% da renda bruta, annualmente deduzida dessa mesma renda e completada com o producto da venda do material substituido.

VI
O arrematante terá preferéncia para a construcção dos prolongamentos e ramaes que concorrerem para o desenvolvimento e facilidade do trafego, respeitados os direitos adquiridos por concessões anteriores.

Poderá, outrossim, construir novas linhas, e dobrar as linhas por toda a extensão das estradas, nas zonas em que taes obras se tornarem necessarias.

VII
As estradas arrendadas gozarão dos favores de desapropriação e de isenção de direitos do material que importarem para seu uso.

VIII
O arrematante terá o direito de promover a revisão, nos preços de unidade de das diferentes especies de transporte, podendo applicar as tarifas taxas variaveis com o cambio, assim como poderá estabelecer novos horarios tudo de accordo com o Governo.

Será ainda reservado ao Governo o direito de reduzir temporariamente as tarifas para os generos de primeira necessidade, nos casos de calamidade publica, e bem assim o de submeter a administração e serviço da estrada a inqueritos e investigações, quando julgar que assim convem ao interesse publico.

IX
O fóro para as questões que se suscitarem será o da União; e assim, si o arrematante residir em paiz estrangeiro, deverá ser pessoa idonea, na Capital Federal, com plenos poderes para represental-o.

X
O Governo reserva-se o direito de impôr multas de 1:000\$ a 15:000\$ e a pena de rescisão pela demora do pagamento de quantias devidas ao Thesouro Federal, em virtude do arrendamento, e pelas irregularidades do trafego, sem motivo justificado, ou outra qualquer infracção do contracto. Serão casos de rescisão a cessação do trafego por mais de 15 dias, sem motivo justificado, e a demora do pagamento de annuidade, por mais de 40 dias do prazo que for estipulado no contracto para a sua entrada nos cofres publicos.

XI

O concorrente preferido prestará a caução de 100.000\$ em relação a cada uma das estradas arrendadas, podendo effectual-a em dinheiro ou apolices da divida federal, que depositará no Thesouro Federal, para a garantia e perfeita execução do contracto, que perderá em beneficio do Thesouro em caso de rescisão do contracto por falta de implemento de condições contractuales.

Esta caução será mantida integral durante todo o prazo do contracto.

Quadro demonstrativo da receita das estradas de ferro abaixo declaradas, no ultimo quinquennio

ESTRADAS	1894	1895	1896	1897	1898
	RECEITA	RECEITA	RECEITA	RECEITA	RECEITA
Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.....	593:674\$360	647:484\$628	673:702\$068	533:199\$046	609:628\$265
Estrada de Ferro de Paulo Afonso.	82:104\$334	87:314\$997	60:391\$342	58:439\$124	88:683\$397
Estrada de Ferro do S. Francisco..	560:223\$439	660:692\$022	818:997\$077	1.889:701\$015	1.189:111\$250

XII

São applicaveis ao arrematante ou empresa que se organizar as disposições dos regulamentos para a policia, fiscalização e estatística das estradas do ferro, que não forem contrarias ás clausulas do contracto.

Directoria Geral de Obras e Viação, 17 do abril de 1899.—*Caelmo Cesar Campos*, director geral.

Estrada de Ferro Central do Brazil

CONCURRENCIA PARA FORNECIMENTO DE TRILHOS, ACCESSORIOS, ETC.

De ordem da directoria faço publico que ás 12 horas do dia 12 do proximo mez de agosto se receberão propostas para o fornecimento de :

- 40.000 metros correntes de trilhos de aço, typo C.
- 8.000 chapas de junção; 4.000 furos quadrados, 4.000 redondos.
- 15.000 parafusos de ligação.
- 100.000 tirefonds.
- 3 cruzamentos completos de 1/8.
- 55 ditos de 1/10.
- 34 ditos de 1/15.
- 55 pares de agulhas singelas com aparelho de manobras.
- 20.000 chapas de junção para trilho B; 10.000 furos quadrados, 10.000 redondos.

A concorrência versará sobre a idoneidade do proponente e do fabricante, o prazo para a entrega e os preços; sendo somente consideradas as fabricas Krupp, John Cockerill, Acieries de Angleur, Creusot, Acieries de France, Cammell ou outras de igual reputação.

Os desenhos, especificações e bases para o contracto acham-se nesta secretaria á disposição dos concorrentes para serem examinados.

Os concorrentes deverão apresentar-se nesta secretaria á hora acima indicada, trazendo as propostas fechadas, escriptas com tinta preta, devidamente selladas, datadas e assignadas, com indicação de suas residencias, e deverão exhibir no acto da entrega o recibo da caução de 2.000\$, previamente feita na Thesouraria da Estrada para garantir a assignatura do contracto.

O concorrente acceto deverá assignar o contracto respectivo dentro de oito dias, contados da data da comunicação que lhe for dirigida; caso, porém, não o faça serão prejudicadas a proposta e a caução acima referidas, revertendo esta para o cofre da Estrada de Ferro.

As propostas serão abertas e lidas na presença dos interessados.

Secretaria da Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil, 15 de maio de 1899.
—O secretario, *Manoel Fernandes Figueira*.

Prefeitura do Distrito Federal

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

De ordem do Sr. Prefeito e nos termos do decreto n. 506, de 3 de janeiro de 1898, intimo os proprietarios ou procuradores dos predios abaixo mencionados a procederem á demolição (parcial ou total) desses predios, condemnados em vistoria, no prazo de oito dias, contados da data desta publicação, sob pena de ser feita a referida demolição pelos operarios da Prefeitura, a expensas dos interessados, conforme preceitua o art. 10 do citado decreto:

Predio n. 80 da rua do Livramento, demolição total.

Predio n. 35 da rua do Livramento, demolição da cobertura.

Predio n. 37 da rua do Livramento, demolição de toda a cobertura e das paredes do sobrado.

Predio n. 56 da rua da Lapa, demolição da parede lateral contigua ao n. 51, desde a fachada até o compartimento seguinte á área (inclusive) e das duas paredes que fecham a mesma área.

Predio n. 7 da travessa do Senado, demolição da cobertura.

Predio n. 21 da rua do Senado, demolição da cobertura.

Predio n. 4 da rua da Uruguayana, demolição total.

Predio n. 46 da rua Tavares Bastos, demolição da cobertura.

Predio n. 37 da rua do Cotovello, demolição da cobertura.

Capital Federal, 23 de maio de 1899.—O director geral, *Luiz Van Erven*.

EDITAES

Tribunal Civil e Criminal

CAMARA CIVIL

De protesto na forma abaixo

O Dr. Ataulfo Napoleo de Paiva, juiz da Camara Civil do Tribunal Civil e Criminal, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal

da Republica dos Estados Unidos do Brazil, etc. :

Faço saber a quantos o presente edital de protesto virem que a este meu juizo e cartorio do escrivo Paulo Bastos foi distribuida uma acção ordinaria entre partes, como autor Carlos Eduardo de Avellar Brandão e réo o Dr. João Martins da Silva, a qual teve seu inicio pela autoação do teor seguinte : Autoação. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e noventa e nove, aos dezoito de maio, nesta Capital, em audiencia do Dr. Ataulfo Napoleo de Paiva, juiz da Camara Civil, pelo Dr. Ulysses Brandão, advogado, foi dito que por parte de seu constituinte Carlos Eduardo de Avellar Brandão, accusa a citação feita ao Dr. João Martins da Silva, para nesta audiencia vêr propor-se-lhe uma acção ordinaria, cuja petição inicial offerece para base da acção, e, sob prégão, requer que se haja a citação por feita e accusada e a acção proposta, ficando assignado ao réo prazo legal para sua contestação, sob pena de lançamento e revelia, e outrosim accusa a citação do mesmo para depor sobre os artigos da petição inicial na forma do pedido *in-fine* e requer que, apregoad e não comparecendo, seja tido por confesso, subindo os autos á conclusão do digno juiz para ser-lhe comminada a pena por sentença. Apregoad o citado não compareceu e o juiz deferiu na forma requerida. Eu, Francisco José Ribeiro Sobrinho, escrevente juramentado, escrevi. E eu, Vicente d'á Paula Bastos, escrivo o subscrevi. Nada mais continha e nem declarava em a dita e mencionada autoação, que acima fica bem e fielmente transcripta, depois do que se via e mostrava a petição com despachos e distribuição do teor seguinte : Petição — Illm. Exm. Sr. Dr. juiz presidente da Camara Civil — Carlos Eduardo de Avellar Brandão, por seu procurador abaixo assignado, requer a V. Ex. se digne mandar citar o Dr. João Martins da Silva para na primeira audiencia vir assistir a propositura de uma acção ordinaria, afim de prestar contas exactas e fazer justa e equitativamente a liquidação dos haveres da sociedade em conta de participação celebrada com o supplicante e ser afinal o citado condemnado a pagar-lhe o que effectivamente lhe couber de capital e lucros nos termos e segundo as condições do contracto de sociedade, e nesse intuito—Primeiro—Provará que o réo fez com o autor e outros uma sociedade em conta de participação em 4 de setembro de 1895, para o fim de explorar, uzar e gozar do privilegio das obras do porto de Manaus, capital do Estado do Amazonas, concedido nominalmente ao réo, cabendo ao autor a quarta parte dos lucros, depois do deduzidos 30 % dos bens liquidos para despesas goraes e preliminares (documents n. 2) sendo que o autor e seu irmão e socio, Dr. Joaquim Eduardo de Avellar Brandão, forneceram mais de quarenta contos de réis de capital e para manutenção do réo na Europa e no Amazonas.— Segundo.— Provará que em sete de julho de mil oitocentos e noventa e oito o réo, rescindindo o contracto com o governo do Amazonas (contracto que constitua o objecto da concessão e o objecto da sociedade com o autor) recebeu, a titulo de indemnização, a quantia de dois mil setecentos e oito contos de réis (documento numero tres).— Terceiro.— Provará que o réo apenas pagou ao autor a quantia de duzentos e seis contos e setecentos e cincuenta e oito mil seiscentos e sessenta réis, segundo um pequeno escripto feito pelo Doutor José Martins da Silva, irmão e socio tambem do réo, no qual se lê um simulacro de partilha inteiramente em desacordo com o contracto de sociedade e de conformidade com outro contracto que o proprio réo declarou por escripto não affectaria o primeiro contracto, que é o documento numero dois, sendo que o réo por semelhante contracto sem valor tornou real em capital ficticio de cento e vinte contos de réis e augmentou-o a seu bel-prazer com noventa e oito contos de réis, ao todo

duzentos e dezoito contos de réis, a que não tinha absolutamente direito (documento numero 4); sendo certo ainda que este contracto que dizo contracto sem valor foi firmado pelo doutor Avellar Brandão, irmão, socio e procurador do autor, somente porque o doutor José Martins da Silva e o réo asseveraram, aquell verbalmente e este pelo documento numero quatro, que não se alterariam as clausulas do documento numero dois e, pois, a divisão dos lucros não podia ser feita sinão pelo contracto na mesma data firmado pelo punho do autor.—Quarto—Provará que o réo deixou de dar a partilha dos lucros na parte do autor a quantia de mil quinhentos e oito contos de réis, allegando tel-a despendido no Amazonas para obter a indemnização de dous mil setecentos e oito conto de réis, pela rescisão do contracto com o governo daquille Estado; entretanto não o podia fazer nos termos do contracto de sociedade (documento numero dous) e é inteiramente falso que tivesse despendido tão avultada somma em Manaus, tendo-se o réo recusado a dar qualquer explicação ou justificação do tão avultado dispendio, tanto mais quanto para as despesas geraes e preliminares... ainda com a somma de duzentos e quarenta e um conto novecentos e cincoenta mil réis.—Quinto—Provará que da quantia de dous mil setecentos e oito contos de réis, preço ou valor da indemnização que o réo recebeu em Manaus, apenas sobraram quinhentos e setenta e quatro contos quinhentos e cincoenta mil réis, tantas foram as deducções feitas pelo réo e dessa ridicula somma somente a quarta parte (vinte e cinco por cento) indemnizou o autor dos sacrificios enormes feitos em favor da sociedade, cujos interesses ter-se-hiam malgrado completamente si não fosse o capital do autor e do seu irmão e socio Dr. Avellar Brandão, além dos fornecimentos que fizeram para manutenção do réo na Europa e em Manaus, enquanto que o réo e seu irmão Dr. José Martins ostentam publicamente a opulencia que lhes deram os negocios da sociedade, em contraste com a modestia do autor.—Sexto—Provará que o réo, mancomunado com seu irmão o Dr. José Martins da Silva, usou de artificios para illaquear a boa fé do autor, de quem obtve recibo em forma de quitação geral da quantia de duzentos e seis contos setecentos e cincoenta e oito mil seicentos e sessenta e seis réis, preparando uma scena de molestia grave, annunciada previamente por telegrammas e cartas em que fazia, por mão do Dr. José Martins, ausente, a presença do autor no Rio, para evitar uma difficil liquidação com os successores do réo no caso de fatal prognostico de sua molestia, dando a entender nas taes cartas que a solução do negocio social fora desastrosa e que a quota do autor seria inferior a duzentos contos de réis; tudo com o fito de, apressadamente e sem as desconfianças que negocio entre irmãos e até então amigos não comporta, obter o tal recibo em forma de quitação geral; mas—Setimo—provará que tendo sido obtido *ob e subrepticamente* o recibo do autor em forma de quitação geral e tendo havido *erro de conta, fraude e dolo* do réo para, com seu irmão, locupletar-se á custa dos direitos do autor, dando-lhe em pagamento de seu capital e lucros apenas um terço ou quando muito a metade do que realmente lhe compete e, pois, lesando o autor enormissima ou pelo menos enormemente, nenhum valor pôde ter a supposta quitação deante da lettra expressa do art. 435 doCodigo commercial dos principios ensinados pela sciencia do direito nos vastos repositorios de eminentes cultivadores.—Oitavo—Provará que somente depois que o autor se convenceu por forma iniludivel que foi victima da maior ingratição, improbidade e dolo do réo, sempre de mãos dadas com seu irmão o Dr. José Martins, vendendo a repugnancia que lhe causa o trazer a publicidade mizerias de familia, o autor que tanto e tão cegamente confiava no réo, no seu cunhado o Dr. José Martins e na afeição de sua irmã D. Fran-

cisca Brandão Martins, esta bastante o acreditava sempre, para o impedir com sua intervenção qualquer inadversação de seu cunhado e marido contra os direitos de seu irmão e amigo tão dedicado, como era o autor, ainda mais, só depois de ter convencido por factos posteriores e pela analyse dos documentos que já instruem o melhor ainda instruirão esta causa, é que o autor contrariou os instantes pedidos de seu venerando pae, vem pedir á justiça o que não lograram a amizade mais intima, a confiança e a fraternidade; ainda mais—Nono—Provará que o réo, tanto não despendeu em Manaus para obter a indemnização de dous mil setecentos e oito contos de réis a fabulosa somma de mil quinhentos e oito contos de réis, além dos trinta por cento que reza o contracto, que trouxe para esta Capital quantia superior a dous mil contos de réis, sendo oitocentos contos occultos em duas malas de viagem, e o restante por intermedio do Lloyd Brazileiro, e pois doloza foi a subtracção daquella quantia dos haveres da sociedade.—10—Provará que, nos termos e segundo as clausulas do contracto valido (doc. n. 2) e não do tal contracto *para inqles rer*, o réo só podia deduzir do valor da indemnização que recebeu, depois de deduzir os capitales reaes dos socios, a somma correspondente a 30 % para ser entregue ao réo e a seu irmão o Dr. José Martins da Silva, a titulo de despesas preliminares e gerres; e sendo assim ao autor caberia de capital e lucros quantia superior a 500:000\$ e nunca a de 206:758\$863, que lhe foi entregue.—11—Provará que o réo e seu irmão Dr. José Martins da Silva, antes de ser paga pelo governo do Amazonas a indemnização de 2.708:000\$, estavam em precarias condições de fortuna e não dispunham de recursos nem mesmo para que o réo pulesse partir para Manaus affim de ulimar o negocio da sociedade, entretanto apresentam hoje luxo e abundancia que não se compadece com a supposta e enganosa exiguidade das partes ou quotas que dizem-lhes tocarem. Nestes termos e nos melhores de direito, avaliando a presente causa, segundo o pedido, em 600:000\$000, pede que, autada esta com os documentos que offerece (quatro), se digne V. Ex. mandar citar o réo Dr. João Martins da Silva para os fins nesta expostos, bem como para vir depor pessoalmente aos artigos, sob pena de ser julgado confesso, attendendo a que o depoimento da da parte pôde ser pedido em qualquer estado da causa e a que o réo pretende ausentar-se breve em viagem de gozo e recreio para Europa e sua ausencia difficulterà o andamento da acção e prejudicará o direito do autor, devendo esta ser por V. Ex. distribuida a juiz desta augusta camara. Protesta-se por todo genero de provas, taes como: vistorias, exames de livros, cartas de inquirição para dentro e fóra, presumpções, juramentos, instrumentos e demais renuncições legais.—O advogado, *Joaquim Eduardo de Avellar Brandão*, estavam colladas tres estampilhas representando o valor total de 900 réis, devidamente inutilizadas pela forma seguinte: Rio de Janeiro, 8 de maio de 1899.—Os advogados, *Joaquim Eduardo de Avellar Brandão*.—*Ulysses Brandão*. Despacho: Ao Sr. Dr. Ataulfo, Rio, 8 de maio de 1899.—*Segurado*. Despacho: D. A. Como requer, Rio, 8 de maio de 1899.—*Ataulfo*. Distribuição: D. a P. Bastos, em 8 de maio de 1899.—O distribuidor, *J. Conceição*. Certidão: Certifico e dou fé que tenho procurado por tres vezes e horas proprias o supplicado Dr. João Martins da Silva e em sua residencia não me foi possível encontrar-o, pela razão de o mesmo se occultar, visto como nossas occasiões sempre me era declarado que este ora achava-se em Petropolis, ora não estava em casa e pela terceira vez que estava em casa, porém, deitado, não attendendo, por essa razão, a ninguem. Em vista do que, achando-se junto á sua residencia o tilbury n. 99

que o devia conduzir, postei-me a poucos metros distante da mesma alim de aguardar a sua sahida, quando incontinentemente e appressadamente tomando-o, o mesmo supplicado fez este tocar em disparada não attendendo ao signal que lhe foi dado de que desejava fallar-lhe; pelo que, e sendo certa a sua occultação, marquei hora certa na pessoa de um individuo encontrado em sua casa e que apenas declarou ser sobrinho do referido supplicado e chamar-se Martins, para que sciente o fizesse de que finda a hora indicada, presente estivesse para ser citado pessoalmente pelo teor da presente e despacho de cujo teor ficou tam em sciente por lhe ter lido Rio, 9 de maio de 1899.—O official do juizo, *Benjamin Franklin Guimarães*.—Certidão—Certifico e dou fé que, finda a hora marcada, voltando á casa do supplicado não se achava este presente, isto em occasião que se achava em que marquei a hora certa embarcava para a cidade sem attender-me; nessas condições accompanhei-o á rua de São Bento n. 11, onde entrou, dando-lhe ali a hora por levantada e consequente intimação pelo teor da presente petição, sciente de que as audiencias tem logar ás segundas e quintas-feiras, ás 11 horas da manhã, á rua dos Invalidos n. 108. Dei contracto. Rio, 10 de maio de 1899.—O official do juizo, *Benjamin Franklin Guimarães*. Estava devidamente sellada na forma da lei. Nada mais se continha nem declarava em a dita e mencionada petição, seus desprochos, distribuições e certidões que acima ficam bem e fielmente transcriptas depois do que se via e mostrava a procuração do teor seguinte: Procuração — O abaixo assignado, Carlos Eduardo de Avellar Brandão, pelo presente instrumento particular de procuração nomeia e constitue seu bastante procurador o doutor Joaquim Eduardo de Avellar Brandão, para com esta, onde se apresentar, liquidar judicialmente ou amigavelmente a sociedade que tem com o Dr. João Martins da Silva e outros relativamente á concessão que lhe foi feita (ao primeiro) individualmente para melhoramento do porto de Manaus nos termos do contracto entre nós firmado, para o que confere a seu dito procurador, bem como ao seu substabelecido e os substabelecidos em outros, especiaes, amplos e illimitados poderes para iniciar e promover as acções que julgar necessarias, variar dellas, transigir e, em juizo ou fóra, receber e dar quitação, requerer direitos, sequestros ou penhoras, receber de qualquer despacho ou sentença, jurar em sua alma qualquer licito juramento, assignar outorgando ou receberem quaesquer escriptura de compras, vendas, penhoras, cauções e hypothecas, promover qualquer processo-crime com poderes especiaes para fazer a queixa, defender em fim todos os seus direitos e interesses, dando desde já por bem, firme e valioso, tudo quanto seu dito procurador fizer e assim ratificados todos os actos que praticar. S. Paulo, 5 de maio de 1899.—*Carlos Eduardo de Avellar Brandão*. Estava collocada uma estampilha estadual do valor de \$200, devidamente inutilizada. Reconhecimento — Reconheço a lettra e firma retro. S. Paulo, 5 de maio de 1899. Em testemunho de verdade estava o signal publico. Assignatura illegivel do tabolhão. Substabelecimento—Substabeleço aos advogados Exm. Sr. Senador Ruy Barbosa e Ulysses Soares Brandão, os poderes desta, com reserva dos mesmos. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1899.—O advogado, *Joaquim Eduardo de Avellar Brandão*. Estava devidamente sellado, na forma da lei. Reconhecimento—Reconheço as firmas supra. Rio, 8 de maio de 1899. Em testemunho de verdade estava o signal publico.—*Gabriel Ferreira da Cruz*. Nada mais se continha nem declarava em a dita e mencionada procuração, que acima fica bem e fielmente transcripta, depois do que se viu e mostrava a petição com o despacho, certidões e termo do teor seguinte: Petição — Illm. e Exm. Sr. Dr. juiz da Camara Civil.—*Carlos Eduardo de Avellar*

Brandão, por seu procurador abaixo assignado, tendo nesta data proposto contra o Dr. João Martins da Silva, uma acção ordinaria para o effecto de haver do mesmo tudo quanto effectivamente lhe compete de capital e lucros na sociedade que estabeleceu com o réo sobre a concessão e privilegios para melhoramento do porto de Manaus, para acautelar-se e aos terceiros de boa fé contra a fraude do réo, requer a V. Ex. se digne admitir o protesto que faz contra qualquer alienação que de hoje em diante queira o réo fazer de seus bens ou contra qualquer contracto de onus real sobre ditos bens, sob pena de nullidade em fraude de credor, tomando-se por termo o protesto e publicando-se pela imprensa para que nenhum terceiro possa em tempo algum allegar boa fé. Nestes termos. Pede que se lhe defira trasladando-se nos editaes para publicação a petição inicial. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1899.—Os advogados, *Joaquim Eduardo de Avelar Brandão*.—*Ulysses Brantão*.—Despacho—J. Sim.—Rio, 8 de maio de 1899.—*Ataulfo*.—Certidão—Certifico e dou fé que, tendo procurado por tres vezes e horas proprias o supplicado Dr. João Martins da Silva, em sua residencia, não me foi possível encontrá-lo, pela razão de o mesmo se occultar, visto como nessas occasiões sempre me era declarado que este ora achava-se em Petropolis, ora não estar em casa e pela terceira vez que ahí se achava, porém deitado, não attendendo por essa razão a ninguém. Em vista do que, achando-se junto á sua residencia o tilbury n. 99, que o devia conduzir, postei-me poucos metros distante da mesma a fim de aguardar a sua saída, quando incontinentemente e apressadamente tomando-o o dito supplicado fez este tocar em disparada, não attendendo ao signal que lhe foi dado de que desejava fallar-lhe; pelo que, e sendo certa a sua occultação, marquei hora certa na pessoa de um individuo ahí encontrado e que apenas declarou ser sobrinho do supplicado e chamar-se Martins, para que sciente o fizesse de que, finda a hora marcada, presente estivesse para ser citado pessoalmente, pelo teor da presente petição que lhe foi lida. Rio, 9 de maio de 1899.—O official do juizo, *Benjamin Franklin Guimarães*.—Certidão.—Certifico e dou fé que, finda a hora marcada, voltando á casa do supplicado e não se achando este presente, procurando levantar a hora marcada na pessoa em quem a marquei, foi nessa occasião que esta procurava embarcar para a cidade, como effectivamente embarcou. Nessas condições acompanhei-o á rua de S. Bento n. 11, onde entrou, e ahí dei a hora por levantada em sua pessoa e consequente intimação do supplicado, sciente do teor da presente petição e seu despacho, recebendo contra-fé. Rio, 10 de maio de 1899.—O official do juizo, *Benjamin Franklin Guimarães*.—Termo.—Termo de protesto.—Aos 18 de maio de 1899, nesta Capital, em cartorio, compareceu o advogado Dr. Ulysses Brandão e disse que, por parte de Carlos Eduardo de Avelar Brandão e na forma de sua petição e citações retro que ficam fazendo parte integrante deste termo, protestava, como do facto protesta, contra o Dr. João Martins da Silva, por qualquer alienação que queira fazer de seus bens, ou contra contracto de qualquer onus real, tudo de conformidade com a petição retro, sob pena de nullidade em fraude de credor. E de como assim o disse, assigna. Eu, Alfredo José Gonçalves Ribeiro, escrevente juramentado escrevi. Eu, Vicente de Paula Bastos, escrivão o escrevi. Estava devidamente sellado na forma da lei, pelo que, mandei passar o presente e mais dous de igual teor, que serão publicados pela imprensa e afixados pelo portei) dos auditorios, que de o haver cumprido lavrará a respectiva certidão para ser junta aos autos. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, aos 24 de maio de 1899. Eu, Vicente de Paula Bastos, escrivão, o escrevi.—*Ataulfo Napolés de Piva*.

Tribunal Civil e Criminal

CAMARA CRIMINAL

De citação, com o prazo de 20 dias, ao réo Firmino Ferreira da Silva

O Dr. Francisco José Viveiros de Castro, juiz da Camara Criminal do Tribunal Civil e Criminal:

Faço saber aos que o presente edital de citação com o prazo de 20 dias virem que, pela Camara Criminal deste tribunal e cartorio do escrivão que este subseve, correm e são devidamente processados uns autos de summario de culpa em que é autora a justiça e réo Firmino Ferreira da Silva, e tendo sido este pronunciado no art. 338, § 8º, combinado com os arts. 339 e 13 do Código Penal; e tendo o Dr. promotor publico apresentado o respectivo libello crime accusatorio, são os termos proceder-se ao seu julgamento, mas como se acha ausente o réo Firmino Ferreira da Silva, pelo presente o cito e chamo para que, findos que sejam os ditos 20 dias, venha a este juizo, que funciona no predio n. 108 da rua dos Invalidos, offerecer a sua defesa dentro de oito dias, que correrão em cartorio, contados da terminação do prazo do presente edital, sob pena de se proceder em todos os termos do julgamento a sua revelia. Será publicado no *Diario Official* por tres vezes. Dado e passado nesta Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, aos 24 de maio de 1899.—E eu, Fortunato Maria da Conceição, escrivão, escrevi.—*Francisco José Viveiros de Castro*.

De preça e arrematação dos bens arrecadados de Antonio Joaquim dos Santos

O Dr. Julio de Barros Raja Gabaglia, juiz da 2ª Pretoria desta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Faz saber aos que o presente edital virem com o prazo de 5 dias que no dia 31 de maio, corrente mez, o portei) dos auditorios levará a publico pregão de venda e arrematação ás portas do predio n. 149 da rua da Prainha, a quem mais der e maior lance offerecer, os bens arrecadados de Antonio Joaquim dos Santos, cuja relação e avaliação acham-se em cartorio. E para que chegue ao conhecimento de quem convier, mandou o juiz passar este e mais dous de igual teor, sendo um para ser junto aos autos, um para ser afixado no logar do costume e um para ser publicado pela imprensa. Capital Federal, 23 de maio de 1899. Eu, José Candido de Barros, o subsevevi.—*Julio de Barros Raja Gabaglia*.

Com o prazo de 30 dias para citação dos interessados e credores dos bens arrecadados de Antonio Joaquim dos Santos

O Dr. Julio de Barros Raja Gabaglia, juiz da 2ª Pretoria desta Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil

Faz saber aos que o presente edital com o prazo de 30 dias virem para citação dos interessados e credores dos bens arrecadados de Antonio Joaquim dos Santos, que ficam intimados a se habilitarem nesse juizo, durante o prazo de 30 dias, contados da data deste, que correrão em cartorio, findos os quaes correrá o mesmo a revelia, na forma da lei. Em virtude do que se passou o presente edital, pelo qual cita, chama e requer o comparecimento dos mesmos credores e interessados. E para que chegue ao conhecimento de quem possa interessar, mandou lavrar o presente e mais dous de igual teor, sendo um para ser junto aos autos, um para ser afixado no logar do costume e um para ser publicado pela imprensa. Capital Federal, 23 de maio de 1899. E eu, José Candido de Barros, escrivão, o subsevevi.—*Julio de Barros Raja Gabaglia*.

Quarta Pretoria

Chamando herdeiros

O Dr. Zacharias do Rego Monteiro, juiz de direito da Quarta Pretoria do Districto Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital chamando herdeiros virem que, por este juizo, foram arrecadados os bens pertencentes ao espolio do finado Joaquim Manoel Fernandes, os quaes foram postos sob a administração e guarda do Dr. Luiz Teixeira de Barros Junior, curador geral de ausentes interino, e de conformidade com o disposto no regulamento n. 2.433, de 15 de junho de 1859, e de accordo com as instrucções de 2 de maio de 1899, por este juizo são chamados os herdeiros successores do dito finado e todos aquelles que tenham direito aos ditos bens, a vir habilitar-se no prazo de 90 dias e requerer o que for a bem do seu direito. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou passar o presente edital e mais outro de igual teor, um dos quaes será afixado pelo portei) deste juizo no logar do costume, do que passará certidão de o haver cumprido para se juntar aos autos, e outro publicado tres vezes na imprensa desta Capital Federal. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 15 de maio de 1899. E eu, José Lopes do Oliveira Araujo, escrivão, o escrevi. *Zacharias do Rego Monteiro*.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

	90 d/c	A vista
Sobre Londres.....	7 29/32	7 57/64
Sobre Paris.....	122/6	122/8
Sobre Hamburgo.....	184/8	184/2
Sobre Italia.....	—	181/1
Sobre Portugal.....	—	481
Sobre Nova-York.....	—	68265
Soberanos.....	307500	—
Ouro nacional, por 1\$000.....	33470	—

CURSO OFFICIAL DE FUNDOS PUBLICOS

Apólices

Apólices geraes, de 5 %/o, cantela....	855\$000
Ditas geraes de 1:000\$, de 5 %/o.....	903\$000
Ditas do Empréstimo Nacional de 1895, port.....	892\$000
Ditas idem de 1895, nom.....	895\$000
Ditas idem de 1897, nom.....	998\$000
Apólices do Empréstimo Municipal de 1896, port.....	161\$000
Ditas idem de 1896, nom.....	166\$000

Bancos

Banco Constructor do Brazil.....	92250
Dito da Lavoura e do Commercio.....	101\$000
Dito da Republica do Brazil.....	186\$500
Dito Nacional Brasileiro.....	190\$000
Dito do Commercio.....	228\$000

Companhias

Comp. Viação Ferreira Sapucahy.....	33250
Dita Obras Hydraulicas.....	48000
Dita Estrada de Ferro Oeste de Minas, 37 1/2 %/o.....	63000
Dita Estrada de Ferro Leopoldina.....	65500
Dita Melhoramentos no Brazil.....	192000
200 acções da Comp. Melhoramentos no Brazil, v/c até 23 de junho, com opção de 2\$500.....	213700
Comp. Loterias Nacionais do Brazil....	130\$000

Obligações

Oblig. da Estrada de Ferro Leopoldina, de 100\$000, 4 %/o.....	9\$000
--	--------

Capital Federal, 24 de maio de 1899.—O syndico, *José Claudio da Silva*.